

Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

Bolsonarismo para além de Bolsonaro: as eleições presidenciais de 2026 e o alinhamento ideológico no Brasil

Lucio Rennó, Larissa Martins Marques

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.18150>

Submetido em: 2026-09-23

Postado em: 2026-10-21 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

A moderação deste preprint recebeu o(s) endosso(s) de:

- Vitor de Moraes Peixoto (ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6618-3311>)
- Jairo Nicolau (ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2570-1578>)
- Oswaldo Amaral (ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9730-3619>)

Bolsonarismo para além de Bolsonaro: as eleições presidenciais de 2026 e o alinhamento ideológico no Brasil

Bolsonarism Beyond Bolsonaro: The 2026 Presidential Elections and Ideological Alignment in Brazil

Lucio Rennó

Professor titular do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília (Ipol/UnB)

<https://orcid.org/0000-0002-0750-0943>

Larissa Marques¹

Doutoranda do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília (Ipol/UnB)

<https://orcid.org/0000-0003-1618-1742>

Resumo

Este artigo analisa as preferências dos brasileiros sobre temas políticos, sua relação com o sistema democrático e as bases ideológicas do bolsonarismo ao longo de oito anos (2018-2026). Com dados longitudinais da série "A cara da democracia" e do instituto Quaest, investigamos como o alinhamento ideológico e a polarização afetiva sustentam o movimento mesmo após a condenação de Jair Bolsonaro e diante dos escândalos que cercam seu herdeiro na corrida eleitoral de 2026. Os resultados indicam que a sociedade brasileira permanece conservadora, aberta a soluções autoritárias e desconfiada das instituições democráticas, o que preserva solo fértil para o movimento. A base ideológica do bolsonarismo se mantém estável ao longo do período e não se dissolve com a alternância de governo. A essa ancoragem programática soma-se uma camada afetiva: o pertencimento ao bolsonarismo opera como lente que orienta a interpretação dos acontecimentos políticos, diferencia as avaliações entre grupos e se intensifica à medida que as questões se aproximam da figura do líder. Argumentamos que é a combinação entre um alinhamento ideológico sólido baseado em um conjunto programático e o vínculo afetivo que explica a resiliência eleitoral do bolsonarismo para além de Bolsonaro nas eleições de 2026.

Palavras-chave: bolsonarismo, alinhamento ideológico, polarização afetiva, extrema direita, eleições brasileiras.

Abstract

This article examines Brazilian public preferences on political issues, attitudes toward the democratic system, and the ideological foundations of Bolsonaroism over an eight-year period (2018–2026). Drawing on longitudinal data from the *A Cara da Democracia* survey series and the Quaest polling institute, we investigate how issue alignment and affective polarization sustain the movement even after Jair Bolsonaro's criminal conviction and amid the scandals surrounding his successor in the 2026 presidential race. Our findings show that Brazilian society remains predominantly conservative, open to authoritarian solutions, and distrustful of democratic institutions, providing fertile ground for the movement. The ideological core of Bolsonaroism proves remarkably stable throughout the period and does not erode with government turnover. Layered onto this programmatic anchoring is an affective dimension: identification with Bolsonaroism operates as an interpretive lens that shapes how supporters assess political events, drives divergent evaluations across partisan groups, and intensifies as issues move closer to the figure of the leader. We argue that it is the combination of a solid issue-based alignment and an affective bond that filters political reality which accounts for the electoral resilience of Bolsonaroism beyond Bolsonaro in the 2026 elections.

Key-words: Bolsonaroism, issue alignment, affective polarization, far right, Brazilian elections.

¹**Autora correspondente:**

marques.larissa@aluno.unb.br

Universidade de Brasília

Instituto de Ciência Política

Introdução

No dia 11 de setembro de 2025, a Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) encerrou um julgamento inédito na história do país com a condenação de um ex-presidente da República por tentativa de golpe. Jair Bolsonaro foi sentenciado a 27 anos e 3 meses de prisão por participação em trama golpista, no âmbito de uma investigação sobre a tentativa de golpe de Estado no Brasil. Com o trânsito em julgado da condenação, o STF suspendeu os direitos políticos do ex-presidente enquanto durarem os efeitos da pena criminal. O desfecho desses acontecimentos tem uma consequência para a corrida eleitoral presidencial de 2026: pela primeira vez desde 2018, um pleito se organizaria sem a presença da figura que dá nome ao movimento do bolsonarismo, Jair Messias Bolsonaro.

A condenação, a prisão e a suspensão dos direitos políticos de Bolsonaro levantam alguns questionamentos: o bolsonarismo persiste para além de Bolsonaro? Em que medida o bolsonarismo permanece alinhado às temáticas conservadoras? Como esses temas evoluem ao longo do tempo? Além disso, há um protagonismo bolsonarista na corrida eleitoral de 2026? O bolsonarismo permanece eleitoralmente viável, a despeito de todos os contratempos e problemas?

O objetivo deste artigo é analisar as preferências dos brasileiros sobre temas políticos, políticas públicas e reformas institucionais, bem como o modo como avaliam o sistema democrático e suas instituições entre 2018 e 2026. Analisamos como os posicionamentos políticos, petista e bolsonarista, se relacionam com a avaliação que o indivíduo faz dos acontecimentos políticos. Além disso, investigamos a composição e a estabilidade da base ideológica do bolsonarismo ao longo de oito anos. Articulamos esses resultados com a análise da corrida eleitoral de 2026, com atenção ao modo como o bolsonarismo, apesar dos percalços enfrentados por Bolsonaro e seu núcleo familiar, se consolida como uma alternativa competitiva na disputa.

Rennó (2022), ao analisar as eleições de 2022, discutiu os riscos do bolsonarismo para o pleito e projetou alguns desfechos possíveis com base nas características daquela corrida eleitoral e na mobilização bolsonarista em torno da desconfiança no processo eleitoral. O que se evidenciava, à época, era um cenário de descrença nas instituições democráticas, especialmente no sistema eletrônico de apuração de votos. Alertava-se, ainda, para o risco de contestação do resultado por parte dos derrotados e para a possível erupção de movimentos contrários ao processo eleitoral.

O que se anunciava como possibilidade veio a se concretizar. Após a derrota de Bolsonaro em 2022, um conjunto de investigações revelou que, para permanecer no poder e tentar impedir a posse do governo eleito, sua gestão cogitou uma série de artifícios. Entre eles, um documento previa a instauração de um Estado de defesa no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), com o objetivo final de alterar os resultados das eleições de 2022 e permitir que o ex-presidente se declarasse vencedor. O plano, contudo, não vingou, e a posse de Lula foi assegurada.

A insatisfação com o resultado eleitoral não ficou restrita ao ex-presidente e a seus aliados. A partir de 2022, se instaurou no país uma série de manifestações promovidas por apoiadores de Bolsonaro que desacreditavam ou rejeitavam o processo eleitoral e buscavam revertê-lo, sobretudo por meio de um apelo à intervenção das Forças Armadas. Logo após a

proclamação oficial do vencedor, as mobilizações se multiplicaram: o bloqueio de rodovias federais por caminhoneiros em todo o país e a concentração de apoiadores em frente a quartéis-generais para solicitar a intervenção militar no resultado eleitoral. Dessas mobilizações nasceram os acampamentos montados diante do Quartel-General do Exército, que reuniam apoiadores de várias regiões com o intuito de pressionar as Forças Armadas a romper com a ordem democrática. O movimento atingiu o ápice em 8 de janeiro de 2023, com a invasão das sedes dos três Poderes da República, o Palácio do Planalto, o Congresso Nacional e o STF. O episódio, marcado por intensa violência, culminou na depredação do patrimônio público e no ataque direto às instituições democráticas. Essas manifestações foram publicamente incentivadas pelos filhos do ex-presidente em suas redes sociais e o resultado eleitoral de 2022 questionado por Jair Bolsonaro em sua rede social¹.

O desenrolar das mobilizações antidemocráticas e das investigações sobre a trama golpista culminou, ao final de 2025, na condenação de Bolsonaro e de aliados militares. Mesmo assim, os dados aqui apresentados apontam para a resiliência da extrema direita no Brasil. Esse cenário evidencia a força política do ex-presidente e do movimento, mesmo após sua saída de cena e sua prisão, o que torna premente analisar e discutir os fundamentos e a durabilidade do apoio e as consequências para o pleito de 2026. Para tanto, mobilizamos dados do projeto *A Cara da Democracia* para investigar a persistência de longo prazo e a consolidação estrutural das opiniões associadas ao bolsonarismo, e dados do instituto *Quaest*, característicos de corrida eleitoral, para analisar a disputa presidencial de 2026 usando dados agregados de intenção de voto.

Apesar dos desafios institucionais e legais enfrentados por Jair Bolsonaro, encontramos evidências de expressiva resiliência do movimento bolsonarista. No plano das preferências da população, observamos o predomínio de posições conservadoras, à direita e autoritárias, acompanhadas de forte desconfiança em relação às instituições democráticas. Essas preferências não se distribuem de maneira uniforme, pois o alinhamento ideológico diferencia as avaliações que os eleitores fazem dos acontecimentos políticos: a depender do que está em jogo, bolsonaristas e petistas se posicionam em direções opostas, cada grupo internamente coeso em torno da própria leitura. A base ideológica do bolsonarismo, ademais, se mostra estável ao longo do tempo: as posições de linha dura em segurança pública, o conservadorismo social, a resistência à intervenção do Estado na economia, a desconfiança nas instituições e a maior tolerância a soluções não convencionais ou antidemocráticas permanecem compondo o núcleo ideológico do movimento durante todo o período. Por fim, mostramos que essa agenda tem rendimento eleitoral: os dados de intenção de voto apontam para uma candidatura competitiva por parte de quem assume a bandeira bolsonarista.

Contribuímos com a compreensão acadêmica do alinhamento ideológico e da mobilização da extrema direita ao analisar a composição e a durabilidade do apoio público a um movimento multidimensional conservador. Nossos resultados evidenciam um alinhamento em torno de temas estável na política brasileira mesmo em um cenário sem seu protagonista, Jair Bolsonaro, e um êxito eleitoral que se sustenta mesmo diante de circunstâncias desfavoráveis à candidatura que herda a bandeira do movimento. Identificamos a transferência do legado bolsonarista a um herdeiro do núcleo familiar e uma forte congruência entre o pertencimento ao bolsonarismo e a interpretação dos fatos políticos, que marca inclusive a avaliação e a aprovação do governo em exercício entre 2023 e 2026.

O bolsonarismo como alinhamento ideológico de extrema direita

O bolsonarismo é um alinhamento ideológico de extrema direita ancorado nas posições políticas de seu líder, Jair Bolsonaro, e sustentado por uma base central altamente consistente com essas posições, que corresponde a cerca de 20% da população brasileira (Rennó, 2022). Além de ser a expressão de uma liderança pessoal, o fenômeno se caracteriza pela capacidade de Bolsonaro de produzir um alinhamento eleitoral estruturado por posições sobre temas políticos (Rennó, 2020; Rennó, 2026; Moreira e Rennó 2024; Rennó, Moreira e Tamaki, 2026). Esse alinhamento eleitoral multidimensional, que hoje organiza a política de massas no Brasil, se revelou consistente ao longo dos anos e amparado por sólido respaldo popular (Avritzer e Rennó, 2021; Chaguri e Amaral, 2021; Fuks e Marques, 2020; Rennó, 2020, 2022; Silva et al., 2022; Tanscheit e Barbosa, 2023, Avritzer e Rennó 2026).

Do ponto de vista conceitual, o bolsonarismo pode ser compreendido como um discurso político e uma base ideológica multidimensional que converge quatro dimensões distintas, porém inter-relacionadas: o conservadorismo social, centrado na família tradicional e nos valores religiosos; a preferência por formas autoritárias de governo, expressa no apoio a políticas de ordem e à intervenção militar; o liberalismo econômico, que defende as privatizações e a redução da presença do Estado; e uma postura antissistema dirigida sobretudo às elites institucionais e ao Partido dos Trabalhadores (Rennó, 2020; 2022).

A contribuição distintiva de Bolsonaro reside na reunião de elementos ideológicos diversos em um projeto político coeso e com ressonância em todo o país. As manifestações político-conservadoras que o antecederam permanecem circunscritas a determinadas regiões ou limitadas a um repertório restrito de pautas, ao passo que o bolsonarismo congregou públicos antes dispersos sob uma plataforma ideológica abrangente. Essas experiências anteriores vividas na história política do país não constituíam, portanto, um campo conservador unificado, mas núcleos ideológicos isolados entre si, cada qual com sua base social e sua agenda própria. Rennó (2022), ao examinar esses antecedentes, revela as configurações latentes que o movimento viria a unificar. Soares (1965) documentou o lacerdismo, movimento concentrado no Rio de Janeiro e liderado pelo ex-governador Carlos Lacerda, que combinou a oposição à intervenção estatal na economia com a defesa da liberalização dos mercados e evidenciou a possível convergência entre liderança personalista e estruturas de preferência ideológica, sobretudo entre os estratos socioeconômicos mais altos. Décadas depois, Pierucci (1987) identificou configuração semelhante em São Paulo, associada a Jânio Quadros e Paulo Maluf, centrada em abordagens autoritárias para o enfrentamento da criminalidade, na defesa de valores familiares tradicionais e na oposição a políticas sociais progressistas.

A eleição presidencial de 2018 converte esse repertório disperso em uma plataforma conservadora multidimensional, que elevou de forma simultânea a saliência de questões econômicas, sociais e de governança (Rennó, 2020). Bolsonaro se tornou, assim, o primeiro líder capaz de alinhar a direita brasileira em torno de um programa claro, específico e coerente, definido por posições sobre questões concretas, e de fazê-lo em escala nacional e com um espectro de temas mais amplo do que o de qualquer antecessor (Rennó, 2026).

Soma-se a esse repertório de dinâmicas históricas e institucionais, a reação no enfrentamento à igualdade de gênero e aos direitos da população LGBTQIA+, o apelo a estratégias populistas de mobilização e as soluções de lei e ordem alheias à perspectiva dos direitos humanos convivem, no bolsonarismo, com uma marcada oposição às instituições democráticas liberais e uma inclinação por formas autoritárias de governo. Bolsonaro sustenta posições que transitam entre a direita radical populista e a extrema direita, e essa oscilação decorre de uma ambiguidade oportunista diante da erosão das garantias democráticas, que se acentua conforme a conjuntura lhe é mais ou menos favorável (Rennó, 2026). O movimento não rompe de forma aberta com o regime, mas o tensiona de modo persistente, ao lançar suspeição sobre as regras e os procedimentos que sustentam a competição eleitoral e ao cultivar a expectativa de que resultados adversos possam ser contestados (Rennó, 2026; Rennó e Avritzer, 2021; Chaguri e Amaral, 2021).

O eleitorado que sustenta esse repertório de posições apresenta contornos demográficos nítidos, com adesão desproporcional entre homens, brancos e evangélicos (Amaral, 2020; Nicolau, 2020), mas sua composição social explica apenas parte do fenômeno. A candidatura de Bolsonaro atuou também sobre a organização ideológica do eleitorado, ao reforçar os rótulos de esquerda e direita e ao ampliar a capacidade dos eleitores de traduzir tanto essas identificações quanto suas preferências autoritárias em escolhas eleitorais coerentes (Fuks e Marques, 2020). Essa coerência se ancora nas posições conservadoras que os eleitores sustentam sobre temas específicos (Rennó, 2020, 2022), o que indica que o vínculo com o líder funcionou como canal para cristalizar predisposições antes dispersas.

Há, de fato, um componente afetivo que atravessa essa dinâmica e que a literatura recente tem explorado em profundidade. Moreira e Rennó (2024) sustentam que a influência de Bolsonaro não se limitou a mobilizar segmentos já conservadores do eleitorado, mas alcançou a própria formação das preferências, por meio do que os autores caracterizam como liderança de opinião. A análise evidencia que o ex-presidente contribuiu para consolidar e intensificar posições conservadoras e autoritárias mesmo entre eleitores que não se mostravam previamente inclinados a elas, sobretudo em temas de ordem pública, valores tradicionais e intervenção militar. O chamado efeito Bolsonaro descreve, assim, um processo em que o discurso das elites políticas remodela atitudes, em vez de apenas acionar disposições preexistentes. Bolsonaro ativa politicamente seus eleitores pelo próprio discurso (Rennó, 2026).

A liderança personalista, tratada pela literatura clássica como obstáculo à estruturação programática da competição, opera no caso brasileiro em sentido inverso. Em contextos de polarização intensa em torno de lideranças (Fuks e Marques, 2022), o envolvimento emocional dos apoiadores com o líder pode consolidar a adesão cognitiva a plataformas ideológicas multidimensionais (Rennó, Moreira e Tamaki, 2026). O vínculo que Bolsonaro estabeleceu com o eleitorado de direita difere em natureza e em intensidade daquele que os candidatos do PSDB mantinham com esse mesmo público, o que configura uma forma de polarização afetiva sem precedentes na política brasileira (Rennó, Moreira e Tamaki, 2026). Afeto e programa atuam nesse arranjo como processos que se reforçam mutuamente, pois a adesão às posições conservadoras que o movimento articula (Rennó, 2022) se sustenta pelo vínculo com o líder, ao mesmo tempo que esse vínculo ganha lastro na

coerência da plataforma oferecida. Daí decorre a conclusão de que se trata de um alinhamento simultaneamente cognitivo e afetivo, capaz de gerar bases de apoio duradouras, que permanecem para além dos êxitos eleitorais imediatos e que podem, inclusive, sobreviver aos próprios líderes que as constituíram (Rennó, Moreira e Tamaki, 2026).

A possibilidade de que esse alinhamento sobreviva ao líder que o constituiu permaneceu, contudo, no plano da hipótese, uma vez que os trabalhos disponíveis examinam o bolsonarismo em um período em que Bolsonaro ainda ocupava o centro da competição eleitoral. A condenação e a suspensão de seus direitos políticos criam as condições para submeter essa expectativa a teste. É o que fazemos a seguir, ao acompanhar as preferências do eleitorado brasileiro e a base ideológica do movimento e ao examinar a corrida presidencial de 2026, a primeira que o bolsonarismo disputa sem seu fundador.

Dados e Método

As análises apoiam-se em duas fontes, a primeira é a série A cara da democracia (2018–2026), composta por nove sondagens do INCT Instituto da Democracia com amostra representativa da população brasileira em nível nacional². A série adota desenho de cortes transversais repetidos, com amostragem probabilística em múltiplos estágios e coleta presencial domiciliar. A segunda fonte são as pesquisas do instituto Quaest referentes a 2025 e 2026³, utilizadas para acessar as intenções de voto para presidente em 2026 e as flutuações nas avaliações do governo Lula e da situação econômica do país.

A variável dependente é o bolsonarismo, medido de forma dicotômica a partir da combinação entre voto declarado e avaliação de governo. São classificados como bolsonaristas: (i) nas ondas até 2022, os respondentes que declararam voto em Jair Bolsonaro na eleição presidencial de 2018 e avaliaram seu governo como ótimo ou bom; (ii) nas ondas posteriores a 2022, os respondentes que declararam voto em Bolsonaro em 2022 e avaliam o governo Lula como ruim ou péssimo. Os antibolsonaristas são, até 2022, os respondentes que declararam voto em Fernando Haddad no segundo turno de 2018 e avaliaram o governo Bolsonaro como ruim ou péssimo; a partir de 2022, os que declararam voto em Lula e avaliam seu governo como ótimo ou bom. Os petistas são aqueles que declararam identificação partidária com o Partido dos Trabalhadores. Apêndices 1 e 2 trazem outras informações detalhadas sobre a operacionalização dos indicadores utilizados no trabalho e número de respondentes por banco de dados.

Como estratégia analítica, realizamos análises descritivas, univariadas e bivariadas das posições sobre os temas políticos ao longo do tempo, assim como multivariadas para analisar as associações ideológicas ao bolsonarismo. Estimamos modelos logísticos com erro padrão robusto por ano tendo o bolsonarismo como variável dependente.

Resultados

Nossa discussão empírica se inicia com um retrato das preferências políticas dos brasileiros, que revela o predomínio de posições conservadoras, à direita e autoritárias, consistentes ao longo de 2018 a 2026. Em seguida, apresentamos como se posicionam bolsonaristas e

petistas acerca dos acontecimentos pós eleições de 2022, aqueles relacionados às respostas institucionais à invasão das sedes dos três poderes pela população e a trama golpista articulada por Bolsonaro e aliados. Exploramos também se e como as posições conservadoras se associam ao bolsonarismo ao longo de oito anos. Testamos, assim, a hipótese de que a base ideológica do movimento é durável e não conjuntural. Por fim, apresentamos uma análise sobre a resiliência do bolsonarismo no pleito de 2026, analisando como o bolsonarismo se consolida como uma alternativa competitiva na disputa.

Estabilidade das preferências e resiliência do bolsonarismo

O bolsonarismo encontrou solo fértil para sua propagação em uma sociedade de preferências políticas marcadamente conservadoras. Quando analisados até 2022, os dados revelaram uma população que sustentava posições consensuais quanto à restrição da legalização do aborto e à aceitação do ensino religioso nas escolas, bem como percepções majoritárias contrárias à legalização das drogas e favoráveis à redução da maioridade penal e à militarização das escolas públicas (Rennó, 2022).

Ao revisitarmos essas opiniões em 2026, encontramos um cenário muito próximo ao do período anterior. Quando se trata das visões sobre as soluções para o crime e segurança pública, as posições majoritárias recaem sobre a redução da maioridade penal, favorável para 73% da população, e a militarização das escolas, com 55% de apoio. A esses patamares soma-se ao de 51% dos brasileiros que defendem a tese de que “bandido bom é bandido morto”, popularizada no Brasil como *slogan* político do delegado de polícia e ex-deputado estadual José Guilherme Godinho Ferreira pelo Partido da Frente Liberal (PFL), o Sivuca, durante sua campanha eleitoral no Rio de Janeiro em 1986 (Veiga, 2025) que sintetizava uma opção linha dura para o combate ao crime onde a ideia principal era que era preciso matar para combater a criminalidade. Além disso, ainda que não atinja a maioria, a defesa da pena de morte reflete uma fatia importante do eleitorado, com 40% de apoio, patamar inalterado desde 2018.

O conservadorismo social confirma a mesma inclinação: a legalização do aborto ainda é uma proposta de política pública que recebe pouca ancoragem na sociedade brasileira com apenas 19% de apoio. Além disso, 81% é favorável à institucionalização do ensino religioso nas escolas e apenas um terço da população é favorável ao direito de pessoas transexuais poderem utilizar o banheiro de acordo com sua percepção de gênero (37%).

O padrão conservador que atravessa as duas dimensões anteriores parece se atenuar no eixo econômico. Quando examinamos as opiniões sobre o papel do Estado, deparamo-nos com uma sociedade que se mostra mais próxima das intervenções estatais: 75% dos brasileiros concordam com o principal programa de transferência de renda do Brasil, o Bolsa Família e 30% apoiam as privatizações no setor público. As cotas raciais, a política que reserva um percentual de vagas em universidades e concursos públicos para pessoas pretas, pardas e indígenas, alcança 48% de aceitação em 2026 e oscila ao longo dos anos.

Investigamos também uma dimensão relacionada aos hábitos democráticos da população brasileira. Nesse aspecto, encontramos a permanência de uma população flexível a golpes militares diante de cenários de alta criminalidade, corrupção ou desemprego. As posições mantêm-se estáveis ao longo do tempo: 50% e 48% dos brasileiros aceitariam um

golpe militar em casos de muito crime e de corrupção, respectivamente. Soma-se a isso o fato de que 70% desconfiam dos partidos políticos, 62% desconfiam do Congresso Nacional e 54% se declaram insatisfeitos com o funcionamento da democracia no país. Uma parcela importante da população brasileira permanece, portanto, aberta a rupturas institucionais, insatisfeitas com a democracia e marcada por sentimentos difusos de desconfiança em relação às instituições.

Encontramos com essa análise uma cristalização de posições ao longo dos oito anos, com percentuais que praticamente não se alteram ao longo das sondagens. É o caso das opiniões sobre a instituição da pena de morte, que se mantém ao redor de 40% em todo o período, e da concordância com a máxima de que "bandido bom é bandido morto", estável em torno de 50%. No campo do conservadorismo social, o apoio ao ensino religioso nas escolas permanece firme na casa dos 81% a 83%, enquanto a legalização do aborto e a prisão por interrupção da gravidez oscilam pouco, ancoradas respectivamente perto de 15% a 19% e de 30%. Entre os hábitos democráticos, a aceitação de um golpe militar em caso de corrupção gira de forma persistente em torno de 50%, e a de um golpe em caso de desemprego se mantém constante, ao redor de 18% a 20%, assim como a adesão à ideia de que a ditadura pode ser preferível em algumas situações, estável na casa dos 13% a 15%. Essas, portanto, são as posições que parecem formar um núcleo de opiniões dos brasileiros consolidadas e resistentes às mudanças de conjuntura e de governo ao longo de todo o período analisado.

As temáticas que mantêm uma média acima de 50% ao longo do período, e onde portanto pode residir um apoio difuso na população, concentram-se sobretudo nos hábitos democráticos: a desconfiança nos partidos, no Congresso e no sistema de votação, além da insatisfação com a democracia. A elas somam-se posições de outras dimensões, como o apoio ao ensino religioso nas escolas, o respaldo ao Programa Bolsa Família, a defesa da redução da maioria penal e a militarização das escolas públicas.

Tabela 1: Posições favoráveis sobre temas políticos: punitivismo penal, conservadorismo social, papel do Estado e hábitos democráticos (2018-2026)

Dimensão	Temas	2018	2019	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Punitivismo Penal	Redução da maioria penal	81%	79%	73%	73%	65%	68%	67%	73%
	Pena de morte	43%	40%	44%	42%	38%	40%	39%	40%
	Proibição de venda de armas	50%	50%	41%	42%	38%	41%	43%	41%
	Militarização das escolas públicas	—	—	57%	58%	—	61%	56%	55%
	Descriminalização das drogas	30%	29%	29%	28%	22%	25%	29%	24%
	Bandido bom é bandido morto	51%	—	34%	50%	49%	50%	49%	51%
Conservadorismo social	Casamento civil homoafetivo	38%	47%	50%	51%	46%	48%	50%	49%
	Adoção por casal gay	37%	48%	55%	58%	53%	56%	59%	56%
	Legalização do aborto	13%	15%	19%	16%	14%	17%	21%	19%
	Prisão por interrupção da gravidez	26%	32%	34%	33%	28%	28%	33%	31%
	Ensino religioso nas escolas	83%	81%	81%	83%	—	—	81%	81%

	Uso de banheiros públicos por pessoas trans de acordo com sua percepção de gênero	—	—	—	—	—	—	44%	37%
Papel do Estado	Cotas raciais	42%	43%	47%	48%	38%	48%	57%	48%
	Privatizações no setor público	—	—	40%	43%	29%	—	34%	30%
	Programa Bolsa Família	—	—	86%	88%	82%	81%	78%	75%
Hábitos democráticos	Golpe se justifica: desemprego	25%	18%	23%	18%	19%	18%	20%	17%
	Golpe se justifica: criminalidade	53%	42%	47%	44%	46%	47%	46%	48%
	Golpe se justifica: corrupção	48%	41%	53%	48%	50%	51%	50%	50%
	Desconfiança no STF	29%	42%	45%	38%	36%	38%	35%	36%
	Desconfiança nos partidos políticos	89%	88%	83%	71%	67%	70%	66%	70%
	Desconfiança no Congresso Nacional	76%	76%	72%	66%	57%	61%	58%	62%
	Desconfiança na Justiça Eleitoral	—	—	—	33%	45%	46%	44%	47%
	Desconfiança no sistema de votação	67%	64%	66%	41%	46%	46%	43%	46%
	Insatisfação com a democracia	80%	66%	73%	69%	52%	59%	55%	54%
	Ditadura pode ser preferível em alguns casos	21%	11%	18%	15%	14%	13%	13%	14%

Nota: Percentual de posições favoráveis a cada tema, por ano. "—" indica que a pergunta não foi aplicada naquela onda. Ressaltadas em negritos as posições cristalizadas, ou seja, variam dentro de um intervalo de 5 p.p ao longo do tempo.

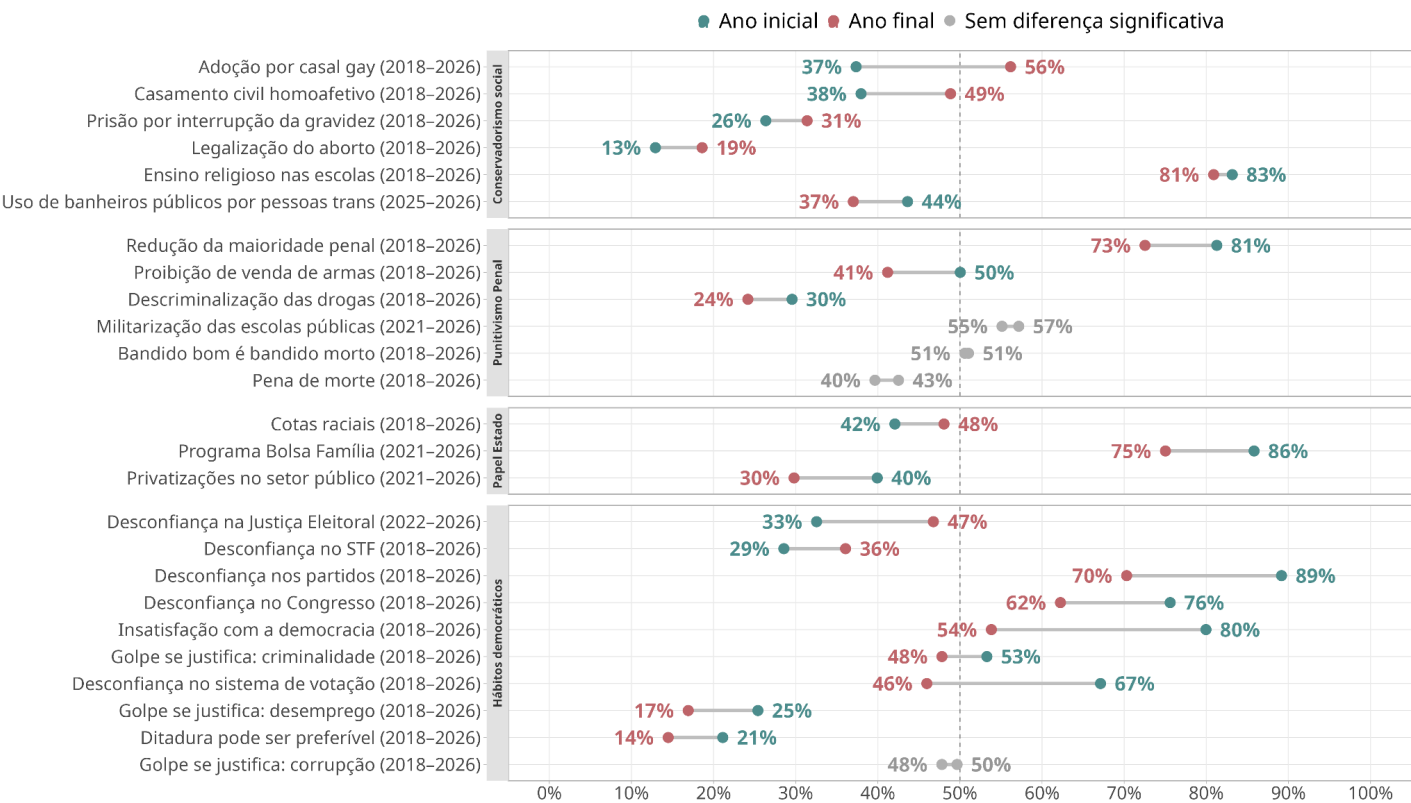
Fonte: A cara da democracia, 2018-2026.

Comparamos também a evolução dessas opiniões entre o último e o primeiro ano disponíveis em cada série a fim de analisar as posições sobre temáticas que mais se moveram ao longo do tempo na figura 1. Encontramos, em 2026, uma sociedade mais favorável a adoção de uma criança por um casal de mesmo sexo (dif: +19p.p.) e mais favorável ao casamento civil dessas pessoas (dif: +11p.p.). Nas visões sobre a segurança pública, encontramos mudanças mais discretas, a população concorda menos com a redução da maioridade penal (dif: -8p.p.) e com a proibição de vendas de armas de fogo (dif: -9p.p.), esta última caminhando para uma posição mais conservadora.

A população brasileira está menos favorável ao programa Bolsa Família (dif: -11p.p.) ao mesmo tempo que menos favoráveis às privatizações no setor público (dif: -10p.p.). Além disso, os brasileiros estão mais satisfeitos com a democracia (dif: +26p.p.), desconfiam menos do sistema de votação do país (dif: +21p.p.) e dos partidos políticos (dif: +19p.p.). Em contrapartida, captamos um aumento na desconfiança na justiça eleitoral (dif: -14p.p.) e no Supremo Tribunal Federal (dif: -7p.p.). Cabe ressaltar que o ano inicial dessa série é 2018, momento de aguda crise democrática no país, em que a desconfiança nas instituições e a insatisfação com a democracia alcançaram patamares particularmente elevados. A redução observada nesses indicadores, portanto, não indica que o Brasil tenha alcançado patamares elevados de adesão à democracia e de confiança em suas instituições, mas apenas um recuo em relação a um ponto de partida excepcionalmente crítico.

Rennó (2020; 2022) evidenciou um voto orientado por temas na eleição de Bolsonaro em 2018, e um quadro de adesão significativa dos brasileiros a posições políticas conservadoras, nossos dados mostram que, embora existam mudanças pontuais nas posições, a sociedade brasileira permanece, anos depois, majoritariamente conservadora em temas de segurança pública e de direitos sexuais e reprodutivos, e com uma parcela significativa ainda aberta a soluções autoritárias e desconfiada das instituições democráticas. Há movimento progressista em alguns pontos, como o reconhecimento de direitos de casais do mesmo sexo, ainda que não encontre apoio na maioria do eleitorado. Por outro lado, a população se tornou mais favorável à flexibilização do porte de armas e mantém patamares elevados de insatisfação democrática, desconfiança em relação a partidos, Congresso e, mais recentemente, à Justiça Eleitoral e ao Supremo Tribunal Federal. Ratificamos, como já havia sido apontado por Rennó (2022), que o bolsonarismo encontra ambiente fértil para se consolidar em consonância com as preferências políticas da população. Mesmo sem Bolsonaro como candidato ou líder, subsiste uma parcela expressiva do eleitorado cujas posições coincidem com a agenda do movimento, o que preserva espaço eleitoral para pautas de linha dura, conservadoras nos em matéria de comportamento privado e para discursos que relativizam o funcionamento das instituições democráticas.

Figura 1: Variação das posições sobre os temas do bolsonarismo.



Nota: Pontos e rótulos coloridos indicam diferenças estatisticamente significativas entre o ano inicial e o ano final de cada indicador (teste z de duas proporções, bicaudal, $p < 0,05$).
Fonte: A cara da democracia, 2018-2026.

Nos últimos anos, o cenário político brasileiro foi marcado pela derrota de Jair Bolsonaro na corrida presidencial de 2022, pela tentativa de golpe em 8 de janeiro de 2023, quando apoiadores invadiram as sedes do Congresso Nacional, do Supremo Tribunal Federal e da Presidência, e pela posterior perda de seus direitos políticos. A resposta institucional a esses episódios reorganizou a atuação do campo bolsonarista, e a defesa de uma lei de anistia para os envolvidos nos atos de 8 de janeiro se converteu na principal bandeira de seus parlamentares no Congresso, com a expectativa de que Bolsonaro também fosse contemplado, enquanto mobilizações em diversas cidades brasileiras passaram a reivindicar a anistia ao ex-presidente, com presença frequente de seus aliados.

Essa bandeira encontra respaldo entre os eleitores bolsonaristas, que formam um bloco coeso em torno de uma leitura que atenua a gravidade dos episódios antidemocráticos e desconfia da instituição encarregada de julgá-los (figura 2). A maioria dos bolsonaristas considera exagerada a punição dos envolvidos no 8 de janeiro (78%) e se declara favorável à anistia dos condenados (59%). São também mais críticos às instituições: 70% avaliam que o STF é parcial e influenciado pela política, 64% desconfiam da Corte, 60% concordam que o Brasil vive uma ditadura e 63% acreditam que as eleições de 2022 foram fraudadas e que Bolsonaro venceu. Os petistas desenharam a imagem espelhada desse quadro, com percentuais reduzidos em todas essas posições, quase sempre abaixo de um quarto do grupo, e concentram a maioria (65%) na responsabilização de Bolsonaro pelos atos golpistas, tese à qual praticamente nenhum bolsonarista adere (2%). Contraste este que evidencia como o alinhamento ideológico repercute nas adesões dos eleitores: ao mesmo tempo que aprofunda a distância entre os dois campos, que se posicionam de forma oposta em praticamente todos os itens, reforça a homogeneidade interna de cada um, cujos membros convergem para leituras cada vez mais uniformes dos mesmos acontecimentos.

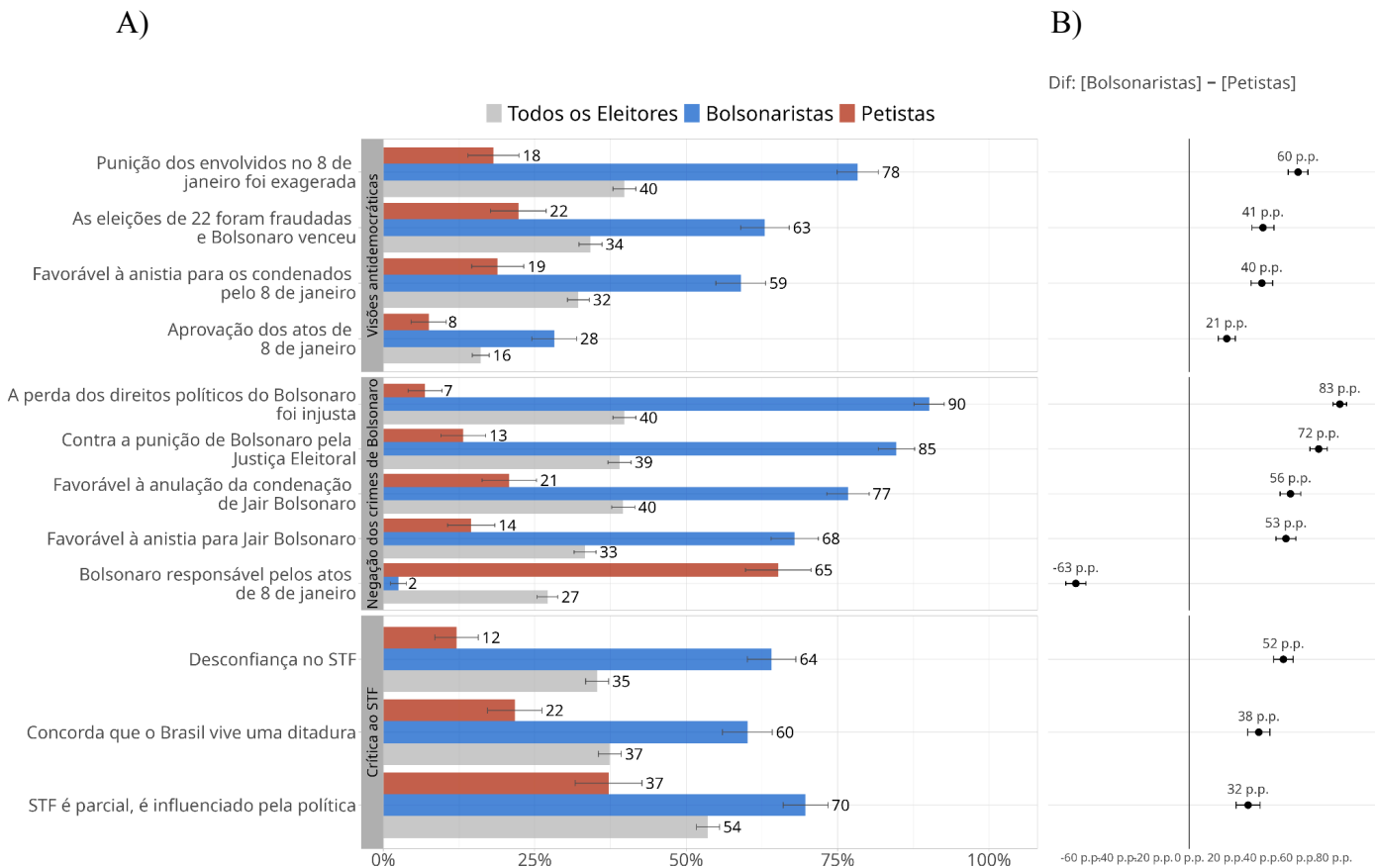
Além de revelar uma clivagem entre bolsonaristas e petistas, os resultados sugerem que a intensidade dessa divergência varia conforme *o que* está em questão. O afastamento entre os dois grupos, embora expressivo em todos os blocos, parece ser ainda mais acentuado quando as posições dizem respeito diretamente à figura de Bolsonaro. É nesse bloco que se concentram as maiores distâncias: a perda dos direitos políticos, considerada injusta por 90% dos bolsonaristas e por apenas 7% dos petistas, produz a maior divergência de todo o conjunto (83 p.p.), seguida da oposição à punição imposta pela Justiça Eleitoral a Bolsonaro (85% contra 13%, 72 p.p.), da responsabilidade de Bolsonaro ao 8 de janeiro (-63 p.p.) e da defesa da anulação da condenação do líder (77% contra 21%, 56 p.p.). Parece haver uma divergência entre os grupos que se intensifica à medida que a questão se aproxima da pessoa do líder, e não apenas dos fatos ou dos órgãos de Justiça.

Fica claro que há uma avaliação afetiva dos bolsonaristas em relação ao líder e que opera como uma lente capaz de orientar e reforçar a interpretação dos acontecimentos, bem como o julgamento das medidas adotadas pelas instituições. Quanto mais diretamente uma questão toca a figura do líder, maior a coesão do grupo em sua defesa e maior o afastamento em relação aos petistas ou aos demais grupos. O que pode indicar que o vínculo com o líder e a adesão à pauta do movimento estruturam conjuntamente as opiniões, e não a avaliação isolada de cada fato.

A avaliação afetiva entre Bolsonaro e seu eleitorado foi analisada em Rennó, Moreira e Tamaki (2026), que mostraram que o afeto pelo líder e a adesão à agenda programática se

reforçam mutuamente e convertem um conjunto de posições conservadoras antes fragmentadas em um bloco político durável. Nossos achados oferecem evidência coerente com essa tese ao mostrar que, diante de acontecimentos posteriores à eleição de 2022, os bolsonaristas se movem de maneira alinhada em torno das pautas do movimento, e a divisão entre os grupos se organiza tanto pela defesa do ex-presidente quanto pela adesão comum ao conjunto de posições que o bolsonarismo articula.

Figura 2: Posições de bolsonaristas, petistas e do conjunto dos eleitores sobre o 8 de janeiro, a punição de Bolsonaro e o STF (2025-2026)



Fonte: A cara da democracia, 2025 ou 2026.

Nota: O ano de referência varia entre os indicadores, conforme a sondagem em que cada um foi coletado (2025 ou 2026).

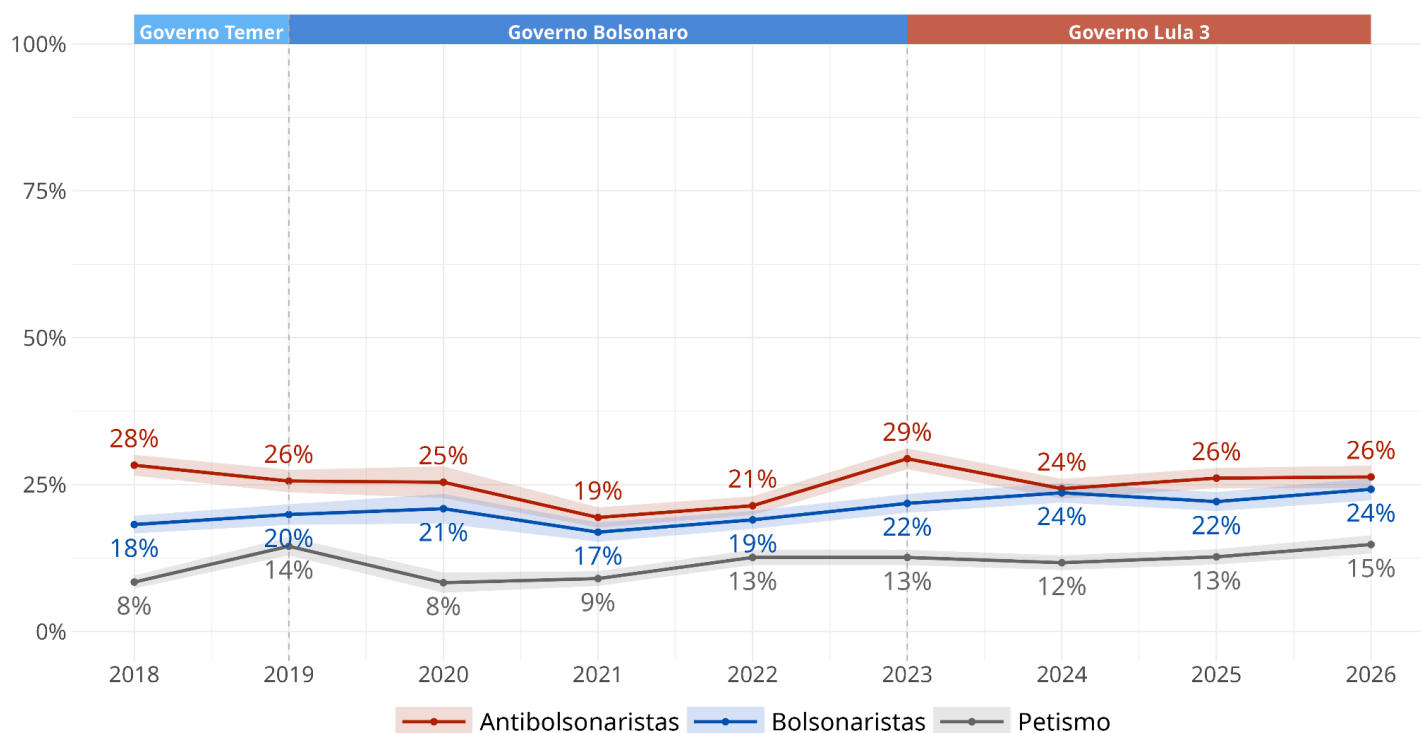
Para além do alinhamento afetivo com o movimento, os dados evidenciam um alinhamento com o próprio movimento, que se torna visível na forma como a identidade bolsonarista se ancora em cada conjuntura (figura 3). Até 2022, com Bolsonaro no poder, definimos o bolsonarista como aquele que votou em Bolsonaro e avaliou positivamente seu governo. Nesse momento, a identidade se apoia numa atitude favorável ao próprio líder, e é a conexão com Bolsonaro que define o grupo. Quando Bolsonaro deixa o cargo de presidente, o bolsonarismo passa a se definir pelo voto em Bolsonaro em 2022 somado à avaliação negativa do governo Lula: a avaliação do próprio líder sai de cena e entra a do adversário,

com o sinal invertido, de modo que o que passa a delimitar o grupo é a rejeição ao governo adversário.

Ao permanecer estável e coeso apesar dessa mudança de ancoragem, o bolsonarismo revela que pertencer ao movimento pode se manifestar de duas formas praticamente equivalentes: apoiar com entusiasmo o próprio líder quando ele governa ou rejeitar com firmeza o adversário quando é ele que ocupa o poder. Essas duas faces, a admiração ao próprio grupo e a hostilidade ao grupo adversário, são os componentes da polarização afetiva, entendida como a combinação de atitudes positivas em relação ao próprio campo político e negativas em relação ao campo oposto (Iyengar et al., 2019).

Além disso, essa conexão, por sua vez, é ancorada por uma parcela expressiva e persistente do eleitorado. Ao longo de todo o período apresentado na Figura 3, os bolsonaristas oscilam em torno de 21% dos eleitores, fração que varia pouco e se preserva mesmo após a derrota de 2022 e a saída de Bolsonaro do governo. O bolsonarismo se consolida, assim, como um fenômeno que abarca cerca de um quinto do eleitorado cujos contornos sobrevivem tanto ao afastamento de Bolsonaro do poder.

Figura 3: Bolsonaristas, antibolsonaristas, petismo (2018-2026)



Fonte: A cara da democracia, 2018-2026.

Resta saber se essa conexão entre os bolsonaristas e o bolsonarismo se sustenta em bases ideológicas duradouras, para além do alinhamento em torno das percepções sobre os fatos políticos e do líder. Passamos, então, a investigar como as opiniões sobre as soluções para a criminalidade, a ampliação de direitos reprodutivos e sexuais, o papel do Estado e o próprio regime democrático e suas instituições se associam ao bolsonarismo ao longo do tempo. Que o bolsonarismo é um movimento orientado por bases ideológicas já é sabido (Rennó, 2020;

2022; Rennó, Moreira, Tamaki, 2026); o passo seguinte é compreender como essa base se comporta ao longo dos anos. Para isso, estimamos modelos logísticos, apresentados na Tabela 2, em que a variável dependente é a condição de ser bolsonarista, o que permite identificar quais posições se associam de forma a essa identidade.

Os resultados confirmam no tempo o diagnóstico de Rennó (2020; 2022): ao longo das oito ondas analisadas, a adesão a um ideário conservador aumenta de forma consistente as chances de um eleitor pertencer ao bolsonarismo. No campo do punitivismo penal, o apoio à redução da maioria penal eleva essas chances em seis dos oito anos, e a concordância com a máxima de que "bandido bom é bandido morto" faz o mesmo em seis dos sete anos em que foi medida⁴. No campo dos valores ligados ao comportamento privado e a sexualidade, a direção se inverte, mas a lógica é a mesma: a menor adesão ao casamento e à adoção por casais do mesmo sexo, ao direito de pessoas transexuais usarem o banheiro conforme sua identidade de gênero e, de modo especialmente robusto, à legalização do aborto, significativa em sete dos oito anos, aumenta as chances de alinhamento ao bolsonarismo.

O apoio às privatizações no setor público e a rejeição ao Programa Bolsa Família aumentam as chances de um eleitor ser bolsonarista em todos os anos em que essas variáveis apareceram na pesquisa, uma dimensão que se mantém estável ao longo de todo o recorte temporal. Esse dado se torna interessante porque essas posições, na dimensão econômica, encontram pouco eco na sociedade como um todo, já que menos de um terço dos brasileiros apoia as privatizações e mais de 70% defendem o Bolsa Família. Parece ser um traço que distingue com nitidez os apoiadores do movimento, mas que dificilmente funciona como porta de entrada para atrair o eleitor médio, mais estatista no plano econômico.

No que se refere aos hábitos democráticos, os modelos reafirmam a face autoritária apontada pela literatura (Chaguri; Amaral, 2021; Rennó; Avritzer, 2021). A aceitação de golpes militares diante de cenários de criminalidade, corrupção ou desemprego aumenta as chances de pertencer ao movimento em todos os oito anos analisados, o que a torna a associação mais persistente de toda a série. A desconfiança nas instituições democráticas (partidos políticos, Congresso Nacional, STF e sistema de votação) segue o mesmo sentido e se firma como fator associado ao apoio ao bolsonarismo de 2022 até 2026, se mostrando significativa nos quatro anos do governo Lula. A insatisfação com a democracia também integra esse quadro, entretanto, se associa ao bolsonarismo de maneira distinta conforme o governo no poder. Enquanto Bolsonaro governou, a insatisfação reduzia as chances de um eleitor ser bolsonarista; após a alternância de 2023, o sinal se inverte, e a insatisfação passa a elevá-las de forma acentuada. O deslocamento acompanha a lógica da própria identidade bolsonarista, já que o descontentamento com o regime deixa de recair sobre um governo aliado e passa a se dirigir ao governo adversário, o que faz da insatisfação, no período recente, um dos fatores mais fortemente associados ao movimento.

No que tange às bases sociodemográficas do movimento, assim como encontrado em Rennó (2022), o bolsonarismo permanece um fenômeno mais próximo das concepções atitudinais de um homem branco, pertencentes às classes das mais altas rendas e evangélico.

Tabela 2: As bases do bolsonarismo de 2018 a 2026, regressões logísticas por ano em Odds Ratios (Bolsonarismo: votou em Bolsonaro em 2018 e avalia positivamente seu governo / Bolsonarismo: votou em Bolsonaro em 2022 e avalia negativamente o governo Lula)

	2018	2019	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Punitivismo penal								
Redução da maioria penal	1.00	2.60***	2.08***	2.13***	1.18	1.84***	1.88***	1.73***
	(0.144)	(0.495)	(0.371)	(0.371)	(0.169)	(0.242)	(0.263)	(0.310)
Pena de morte	1.05	1.46***	0.95	1.03	1.02	0.92	1.14	1.06
	(0.116)	(0.192)	(0.139)	(0.129)	(0.139)	(0.115)	(0.148)	(0.149)
Descriminalização drogas	1.05	0.70**	0.99	0.90	0.84	0.61***	0.79	0.83
	(0.123)	(0.106)	(0.155)	(0.128)	(0.138)	(0.096)	(0.114)	(0.136)
Proibição de armas	0.76**	0.85	1.08	0.96	0.94	0.79**	1.17	1.13
	(0.083)	(0.108)	(0.153)	(0.116)	(0.123)	(0.094)	(0.141)	(0.160)
Bandido bom é bandido morto	1.25**		1.55***	1.41***	1.29*	1.48***	1.11	1.41**
	(0.136)		(0.225)	(0.175)	(0.173)	(0.183)	(0.142)	(0.199)
Conservadorismo social								
Casamento entre pessoas do mesmo sexo	0.96	0.71*	0.44***	0.65***	0.72*	0.69**	0.99	0.77
	(0.149)	(0.134)	(0.087)	(0.111)	(0.124)	(0.108)	(0.155)	(0.136)
Adoção de uma criança por um casal do mesmo sexo	0.93	0.78	0.97	0.77*	0.64***	0.73**	0.51***	0.81
	(0.141)	(0.138)	(0.187)	(0.122)	(0.101)	(0.111)	(0.077)	(0.134)
Legalização do aborto	0.75	0.57**	0.54***	0.48***	0.35***	0.57***	0.56***	0.53***
	(0.134)	(0.128)	(0.136)	(0.106)	(0.093)	(0.113)	(0.109)	(0.115)
Ensino religioso nas escolas	0.957	1.06	1.74**	1.75**			1.04	0.88
	(0.136)	(0.184)	(0.412)	(0.361)			(0.197)	(0.177)
Prisão de mulheres que fazem um aborto	0.96	1.17	1.34**	1.00	1.18	0.72***	1.18	0.97
	(0.120)	(0.155)	(0.186)	(0.120)	(0.158)	(0.092)	(0.151)	(0.140)
Uso de banheiros públicos por pessoas transexuais de acordo com sua percepção de gênero							0.63***	0.44***
							(0.090)	(0.074)
Papel do Estado								
Cotas Raciais	0.74***	0.95	0.75*	0.98	0.64***	0.92	0.86	0.67***
	(0.084)	(0.124)	(0.111)	(0.122)	(0.089)	(0.114)	(0.108)	(0.094)
Privatizações no setor público			1.79***	2.37***	1.80***		2.11***	2.04***
			(0.236)	(0.270)	(0.238)		(0.259)	(0.285)
O programa “Bolsa Família”			0.71*	0.67**	0.57***	0.51***	0.49***	0.41***
			(0.125)	(0.102)	(0.082)	(0.070)	(0.065)	(0.059)
Hábitos democráticos								
Insatisfação com a democracia	0.92	0.37***	0.49***	0.30***	3.14***	3.33***	3.28***	4.39***
	(0.121)	(0.047)	(0.067)	(0.036)	(0.448)	(0.448)	(0.433)	(0.706)

Golpe militar em caso de crime, desemprego e corrupção	1.32**	2.42***	2.31***	2.16***	2.38***	3.04***	2.09***	2.08***
	(0.152)	(0.319)	(0.359)	(0.275)	(0.351)	(0.422)	(0.288)	(0.330)
Desconfiança nas instituições: partidos, congresso, STF e sistema de votação	1.04	1.01	0.99	1.15***	1.60***	1.56***	1.44***	1.49***
	(0.043)	(0.047)	(0.050)	(0.050)	(0.075)	(0.064)	(0.063)	(0.074)
Religião								
Evangélico	0.97	1.64***	1.47**	1.90***	1.31*	1.50**	1.52**	1.50***
	(0.125)	(0.235)	(0.218)	(0.251)	(0.184)	(0.269)	(0.292)	(0.232)
Frequência à Igreja	1.04	1.21			1.14	1.34**	1.28*	1.62***
	(0.121)	(0.167)			(0.153)	(0.164)	(0.162)	(0.237)
Religião importa para decisões					1.55	0.98	1.03	1.24
					(0.551)	(0.217)	(0.239)	(0.363)
Sociodemográficas								
Mulheres	0.81*	0.83	0.69***	1.01	0.88	0.73***	0.89	0.85
	(0.091)	(0.105)	(0.096)	(0.122)	(0.112)	(0.088)	(0.110)	(0.119)
Pretos e Pardos	0.93	0.65***	0.76*	0.87	0.59***	0.65***	0.63***	0.91
	(0.102)	(0.083)	(0.103)	(0.105)	(0.075)	(0.078)	(0.078)	(0.131)
Renda (Faixas)	1.06	1.20***	1.27***	1.29***	1.45***	1.26***	1.18***	1.26***
	(0.037)	(0.047)	(0.073)	(0.070)	(0.081)	(0.047)	(0.046)	(0.058)
Idade (Faixas)	0.89***	1.04	1.07	1.29***	0.91**	0.89***	0.99	0.95
	(0.033)	(0.043)	(0.048)	(0.051)	(0.038)	(0.034)	(0.038)	(0.043)
Num. Obs.	2.497	2.009	2.031	2.538	2.367	2.536	2.510	2.010
Pseudo-R ² (McFadden)	0,024	0,16	0,183	0,217	0,307	0,286	0,3	0,351

Nota: Erros-padrão robustos (HC1) entre parênteses. Odds ratios (exp β). * $p < 0,1$ ** $p < 0,05$ *** $p < 0,01$.

Células vazias: variável não disponível no ano.

Fonte: A cara da democracia, 2018-2026.

O bolsonarismo após a derrota eleitoral em 2022 e as eleições de 2026

As eleições de 2022 revelaram a força do bolsonarismo mesmo na derrota. Bolsonaro obteve 43.2% dos votos válidos no primeiro turno e 49.1% no segundo, a maior votação já alcançada por um candidato derrotado na história brasileira, evidenciando a penetração de sua agenda no eleitorado. Seu partido, o PL, elegeu a maior bancada da Câmara dos Deputados, e aliados do movimento venceram disputas difíceis para o Senado e para os governos de estados como São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, o que evidencia o alcance nacional da extrema direita. As eleições municipais de 2024 reforçaram essa trajetória, com o PL à frente na soma de votos do país e em número expressivo de prefeituras, com desempenho particularmente forte nas grandes cidades.

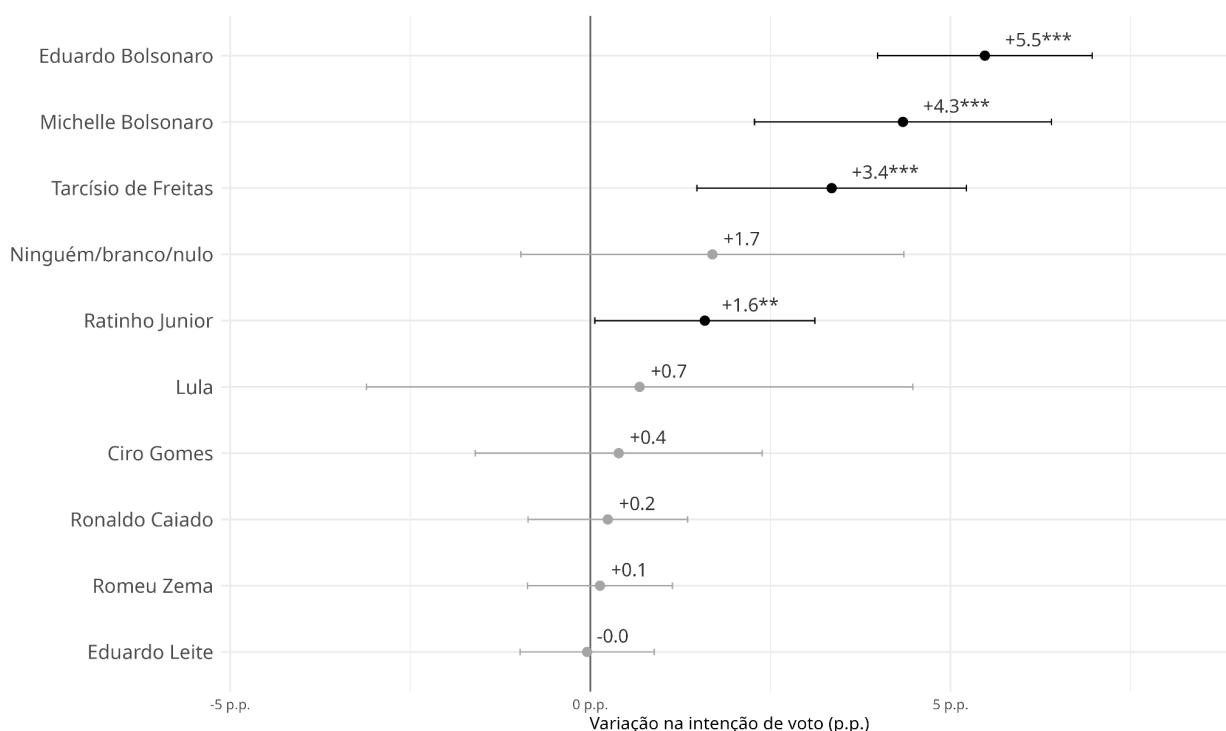
Desde a derrota eleitoral de 2022, o quadro se tornou adverso para Bolsonaro. Ele condenou a contragosto as manifestações públicas que surgiram após o anúncio de sua derrota e deixou o país rumo a Miami em dezembro de 2022, o que o dispensou de transferir formalmente o poder ao vencedor daquele pleito, o Lula. Em seguida, passou a se defender de acusações de envolvimento nos atentados às sedes das instituições democráticas em 8 de janeiro de 2023, o que resultou em sua condenação. A estratégia de reação mobilizou inclusive o governo dos Estados Unidos, que impôs tarifas às exportações brasileiras e sanções a um ministro do Supremo Tribunal Federal, medidas associadas de forma explícita ao processo contra o ex-presidente. Nada disso, contudo, reduziu sua centralidade.

Ainda que impedido de disputar o pleito, Bolsonaro dispõe de sucessores no campo da extrema direita, e seu apoio se tornou decisivo para garantir um bom resultado do bolsonarismo em 2026. Ainda em 2026, o filho mais velho de Bolsonaro, Flávio Bolsonaro, foi indicado pelo pai como seu sucessor, recebendo apoio explícito de outros possíveis nomes que poderiam ocupar essa posição, como Tarcísio de Freitas, o governador de São Paulo, e a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro. A definição desse herdeiro não necessariamente garante a transferência do capital eleitoral acumulado por Bolsonaro, nesse caminho, existiam algumas possibilidades como o sucesso em consolidar uma candidatura competitiva e, consequentemente, a resiliência do bolsonarismo ou o fracasso do movimento ideológico de extrema direita.

Em 2025, quando Flávio Bolsonaro ainda não era o candidato sucessor de Jair Bolsonaro, conduzimos um experimento de amostra dividida (*split-sample*) incorporado ao *survey* do “A cara da democracia” para investigar como se comportavam as preferências dos eleitores quando Jair Bolsonaro estava fora da disputa eleitoral⁵. Os respondentes foram alocados aleatoriamente em duas versões da pergunta de intenção de voto para presidente em 2026, idênticas em tudo, exceto na composição da lista de candidatos: uma delas incluía Jair Bolsonaro entre as opções, e a outra apresentava o mesmo conjunto de nomes sem ele. Como a aleatorização torna os dois grupos equivalentes em suas características observáveis, condição verificada por testes de balanceamento apresentados no apêndice 3, qualquer diferença sistemática na intenção de voto de um candidato entre as duas versões pode ser atribuída à presença ou à ausência de Bolsonaro na cédula. A figura 4 reporta, para cada candidato, essa diferença em pontos percentuais entre a versão sem Bolsonaro e a versão com Bolsonaro, de modo que valores positivos indicam ganho de voto quando o ex-presidente deixa a disputa.

O eleitorado de Bolsonaro não se dispersa quando ele deixa a cédula, mas se redistribui dentro do próprio campo. Os ganhos estatisticamente significativos concentram-se em candidatos ligados à direita: Eduardo Bolsonaro cresce 5,5 pontos percentuais, Michelle Bolsonaro 4,3, Tarcísio de Freitas 3,4 e Ratinho Junior 1,6. Os dois nomes que mais herdaram votos são, entretanto, os que carregam o próprio sobrenome do ex-presidente. No polo oposto, Lula não registra variação significativa, ou seja, o voto bolsonarista não migra para a esquerda, e tampouco há crescimento expressivo da opção pelo voto branco, nulo ou pela abstenção. Em vez de evaporar, o capital eleitoral de Bolsonaro é transferido a herdeiros diretos do movimento, temos um bolsonarismo cuja sustentação ultrapassa a figura individual do líder e se mostra capaz de projetar sucessores. Acesse o apêndice 4 para resultados detalhados.

Figura 4: Efeito da ausência de Jair Bolsonaro sobre a intenção de voto em 2025. Diferença em pontos percentuais (amostra sem Bolsonaro – amostra com Bolsonaro)



Nota: Preto = significativo a 95%. * $p < 0,10$ ** $p < 0,05$ *** $p < 0,01$.

Fonte: A cara da democracia, 2018-2026.

O escolhido pelo pai, Flávio Bolsonaro (PL), acumula uma longa trajetória em cargos eletivos, marcada por baixa produtividade legislativa e por sucessivos episódios de escândalo. Flávio Bolsonaro foi eleito pela primeira vez deputado estadual pelo Rio de Janeiro em 2002 e cumpriu quatro mandatos consecutivos na Assembleia Legislativa, onde permaneceu até 2019, quando assumiu o cargo de senador da República.

Ao longo de sua atuação como Deputado Estadual, Flávio teve menos de um quarto de suas propostas legislativas aprovadas (Linhares e Nogueira, 2026). Entre as que avançaram estão a isenção de taxas estaduais para a renovação da carteira de habilitação de agentes de segurança, a previsão de multa por trotes a serviços de emergência e a autorização para que candidatos de concursos públicos tenham acesso aos motivos de sua reprovação em exame psicológico. Nenhuma delas se conecta ao núcleo temático da segurança pública que marcou sua plataforma eleitoral.

Durante seus mandatos na Alerj, o gabinete de Flávio Bolsonaro foi investigado pela chamada “rachadinha”, prática em que funcionários repassam parte de seus salários ao gabinete do parlamentar. Em 2020, o Ministério Público do Rio de Janeiro denunciou Flávio, seu ex-assessor e outros dezesseis investigados pelos crimes de peculato, lavagem de dinheiro, apropriação indébita e organização criminosa, a partir de indícios de que doze funcionários fantasmas teriam movimentado R\$ 6,1 milhões e de que parte desses recursos

teria beneficiado o parlamentar e pessoas próximas (Bartolo, 2026). Em maio de 2022, contudo, o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro rejeitou a denúncia e arquivou o caso, após pedido do próprio Ministério Público, uma vez que as provas que a sustentavam haviam sido anuladas pelo STJ e pelo STF por vícios formais na quebra de sigilos bancário e fiscal.

Ainda no período em que atuou na Alerj, Flávio Bolsonaro concedeu duas homenagens formais ao ex-policia militar Adriano da Nóbrega, uma moção de louvor em 2003 e a Medalha Tiradentes em 2005, esta última quando Nóbrega estava preso por homicídio, do qual foi absolvido no ano seguinte. Anos depois, Nóbrega passou a ser apontado como chefe de milícia e do “Escritório do Crime”, grupo de extermínio do Rio de Janeiro, e também como beneficiário do esquema de repasses ilegais investigado no gabinete de Flávio. Segundo o Ministério Público, o operador da “rachadinha” teria utilizado empresas controladas por Nóbrega para lavar parte dos recursos desviados do gabinete⁶.

No Senado, a atuação de Flávio Bolsonaro seguiu vinculada à agenda de segurança pública, ao endurecimento das leis penais e às pautas conservadoras mobilizadas pelo bolsonarismo. Defendeu a chamada PEC da Blindagem, que amplia as prerrogativas parlamentares diante de processos judiciais, e posicionou-se contrariamente à proposta de fim da escala 6x1. Até o momento, contudo, nenhum de seus projetos próprios foi transformado em lei. Como candidato à Presidência da República, se apresenta como aquele que pode dar continuidade ao projeto político liderado pelo pai.

Durante a corrida eleitoral, Flávio Bolsonaro também não escapou de novos episódios de escândalo. Em maio de 2026 veio a público sua relação com o ex-banqueiro Daniel Vercaro, investigado no âmbito das apurações sobre fraudes financeiras, lavagem de dinheiro, corrupção e ocultação de bens envolvendo o Banco Master. Vercaro teria se comprometido a repassar cerca de US\$24 milhões, equivalentes a aproximadamente R\$134 milhões à cotação da época, para financiar a produção do longa-metragem biográfico “Dark Horse”, sobre Jair Bolsonaro (Motoryn *et al*, 2026).

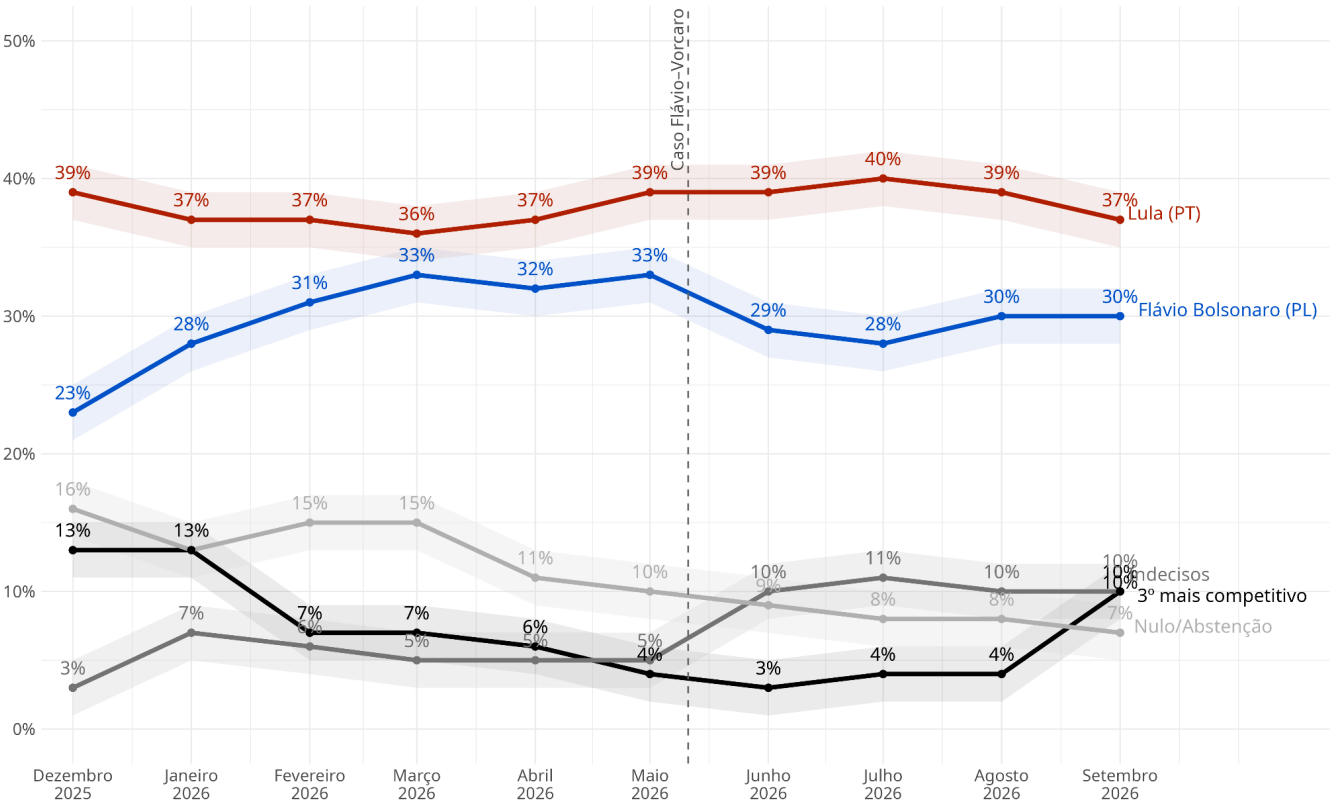
Em setembro de 2026, a menos de um mês do primeiro turno das eleições, Flávio se consolidou como um candidato sob suspeita. O candidato passou a ser formalmente investigado pela Polícia Federal em razão de sua relação com Vercaro e do suposto financiamento do filme. A investigação apura possíveis crimes de corrupção, lavagem de dinheiro e evasão de divisas nos repasses destinados ao longa-metragem, cuja produção, segundo hipótese examinada pelos investigadores, teria servido como canal para movimentação de recursos vinculados às operações de Vercaro. Com a abertura formal do procedimento, as suspeitas surgidas com a divulgação das mensagens ganham apuração institucional, e a candidatura passa a ser conduzida sob investigação policial ativa⁷.

Mesmo após o histórico de escândalos e suspeitas ao longo de sua atuação parlamentar, Flávio Bolsonaro, candidato do PL, permanece competitivo nas pesquisas de intenção de voto. No primeiro turno (figura 5), os dados da Quaest mostram o crescimento de sua candidatura entre dezembro de 2025 e março de 2026, quando passa de 23% para 33% das intenções de voto. Nesse período, a distância em relação a Lula diminui de 16 para 3 pontos percentuais. Após oscilações em abril e maio, o apoio a Flávio recua de 33% em maio, antes da divulgação das conversas com Vercaro, para 29% em junho e 28% em julho. A queda coincide com a repercussão do caso, embora os dados não permitam atribuí-la

exclusivamente a esse episódio. Nos meses seguintes, Flávio recupera parte desse apoio e alcança 30% em agosto e setembro, ainda abaixo do patamar de maio.

No primeiro turno, a vantagem de Flávio sobre as demais candidaturas de direita é compatível com a interpretação de que a identidade bolsonarista constitui um importante eixo de mobilização eleitoral nesse campo. Mesmo diante de outras opções, o candidato do PL mantém uma posição de destaque: em setembro, registra 30% das intenções de voto, ante 10% do terceiro candidato mais competitivo. Esse cenário sugere que o bolsonarismo concentra a maior parcela do apoio eleitoral à direita, mesmo que não monopolize esse campo.

Figura 5: Intenção de voto para presidente em 2026 no primeiro turno



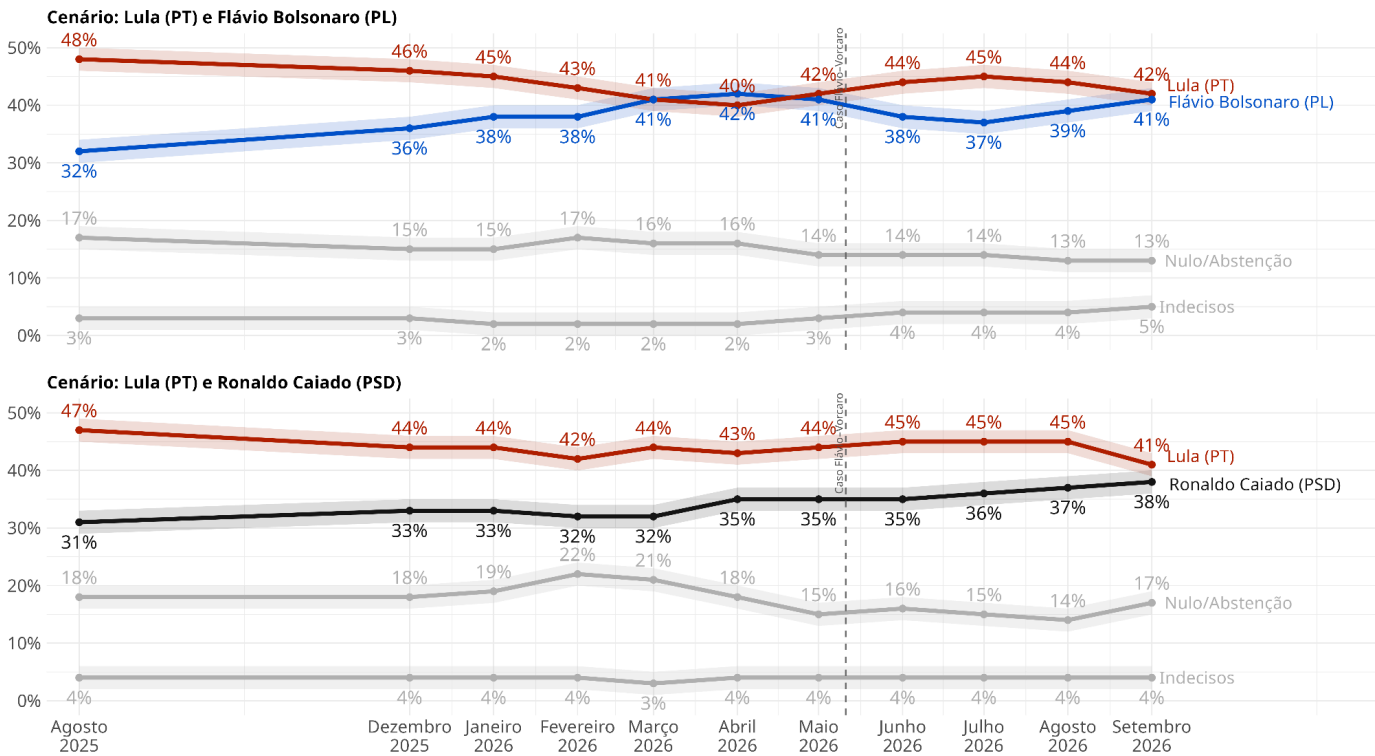
Fonte: Quaest, 2025-2026.

Nota: A linha de cor preta apresenta o terceiro candidato melhor posicionado por mês. Ratinho Júnior (PSD) segue de dezembro/25 a março/26, Ronaldo Caiado (PSD) de abril/26 até agosto/26 e Augusto Cury (Avante) em setembro/26. Dados referentes a intenção de voto estimulada.

No cenário de segundo turno entre Lula e Flávio Bolsonaro, as intenções de voto (figura 6) apresentam uma tendência de aproximação entre os candidatos. Entre agosto de 2025 e março de 2026, Flávio passa de 32% para 41% das intenções de voto, enquanto Lula recua de 48% para 41%, o que faz de março o primeiro momento de empate numérico entre os candidatos. Após a divulgação do caso Flávio-Vorcaro, contudo, o candidato do PL perde apoio e chega a 37% em julho, enquanto Lula atinge 45%. Entretanto, a partir de agosto, Flávio recupera apoio e retorna, em setembro, aos 41% registrados em maio, consolidando outro empate com Lula.

Já no segundo turno em um cenário sem um representante da família Bolsonaro, nesse caso, uma disputa entre Lula (PT) e Caiado (PSD), o motor é o antipetismo: contra Lula, qualquer candidato de direita/centro-direita recebe transferência ampla de votos. A rejeição ao PT é uma força difusa, que não pertence a nenhum candidato específico, ela se ativa contra o adversário comum.

Figura 6: Intenção de voto para presidente em 2026 no segundo turno



Fonte: Quaest, 2025-2026.

Nota: Dados referentes a intenção de voto estimulada.

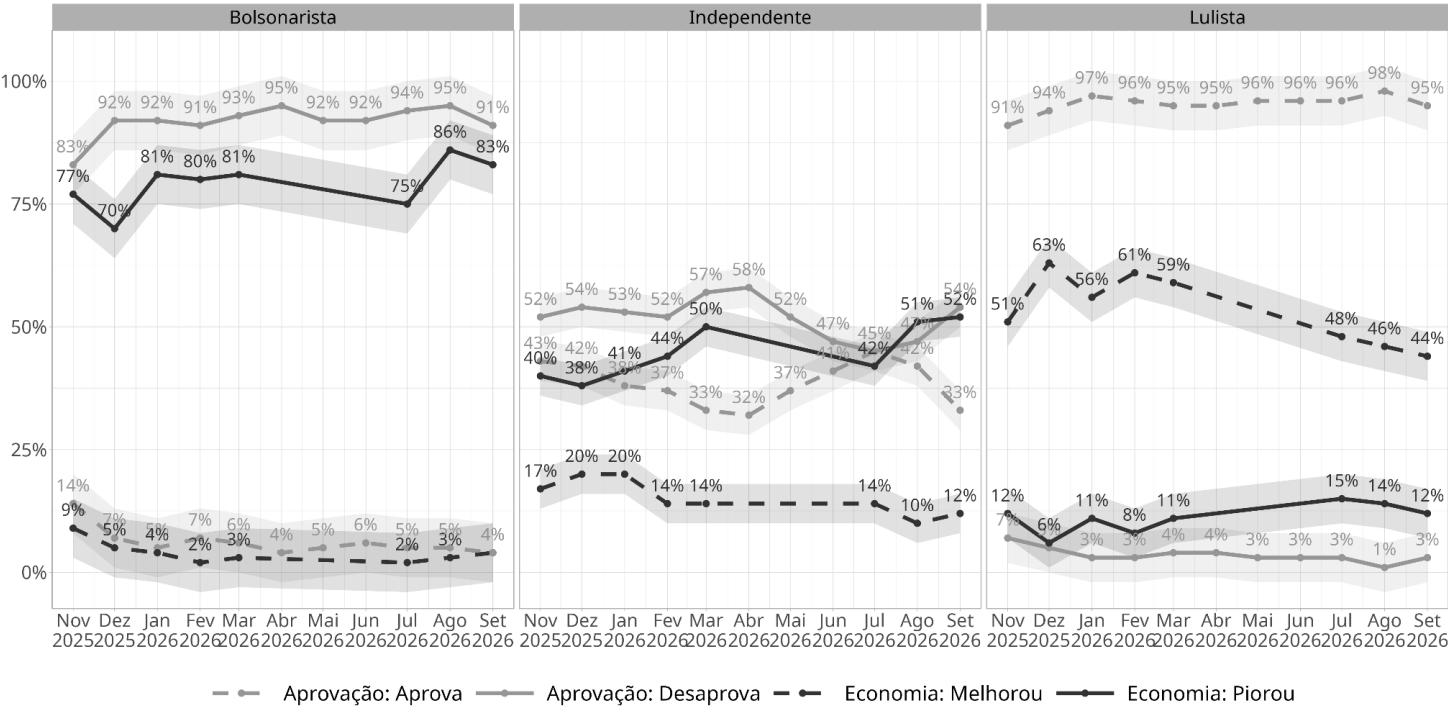
O alinhamento ideológico, que, como identificamos, orienta as interpretações sobre os acontecimentos de 8 de janeiro e as medidas adotadas em sua sequência, também estrutura a avaliação da economia e a aprovação do governo. Eleitores bolsonaristas e lulistas se comportam como dois blocos espelhados e quase impermeáveis à conjuntura (figura 7).

A avaliação da economia é completamente contaminada pela posição política do eleitoral. Como os dados evidenciam, jamais um bolsonarista será convencido de que a economia vai bem e um lulista de que ela vai mal.

A figura 7 também mostra que entre os bolsonaristas, a desaprovação do governo se mantém entre 80% e 95% ao longo de toda a série (nov/2025 a set/2026), ao passo que, entre os lulistas, é a aprovação que ocupa esse mesmo patamar, com a rejeição reduzida a cerca de 1%. A constância dessa rejeição, praticamente imune à conjuntura, sugere que as avaliações dos eleitores estão organizadas pela identidade política dos grupos, e não apenas pelo desempenho do governo. Índices de satisfação com a economia e o governo jamais atingiram patamares muito elevados, em um contexto polarizado.

Ainda é importante ressaltar que, no geral, prevalecem posições negativas: os independentes se assemelham mais aos bolsonaristas em suas visões críticas sobre a economia e sobre o governo.

Figura 7: Aprovação do governo Lula e Avaliação da economia por posicionamento político



Fonte: Quaest, 2025-2026.

Nota: De acordo com os dados da Quaest, os percentuais de bolsonaristas autodeclarados flutuam em torno de 12%, de lulistas em 19% e independentes em 32% em agosto/26. Os dados para avaliação da economia referente aos meses de abril, maio e junho de 2026 não foram encontrados online pelos autores.

Considerações Finais

O bolsonarismo é um movimento de inclinações autoritárias, aberto a rupturas democráticas e marcado por forte desconfiança das instituições. Defende a família tradicional religiosa e, por isso, se opõe ao avanço nas pautas de direitos de gênero e da população LGBTQIA+. Propõe soluções para a segurança pública em que a eliminação do criminoso ocupa o centro do discurso. Nega a ciência. Em 2026, o movimento de extrema direita apresentou como herdeiro um candidato com histórico repleto de escândalos políticos, que consolidou uma chapa puro sangue com vice do mesmo partido após legendas da direita como PP e Republicanos optaram pela neutralidade e recusarem apoio à sua candidatura, o que fez com que chegasse à disputa mais isolado do que o pai em 2022. Percorreu a corrida eleitoral com vínculos revelados com um ex-banqueiro acusado de fraude bilionária e sob investigação. Ainda assim, o bolsonarismo prospera e seu herdeiro se consolida como um candidato competitivo frente à disputa com Lula (PT). Por quê?

As análises que reunimos convergem para o argumento de que o bolsonarismo se constitui como um fenômeno político que ultrapassa a figura de Jair Bolsonaro. Ao longo de oito anos, e mesmo diante da derrota eleitoral de 2022, da condenação do ex-presidente e de sua saída da disputa, o movimento preservou uma base social, um núcleo ideológico e uma capacidade de mobilização que não se dissolveu com o afastamento de seu líder. É essa resiliência que organiza a competição política brasileira no pleito de 2026 e que torna vantajoso, para os postulantes de direita, herdar os temas e as soluções endossadas pelo movimento.

Essa resiliência se assenta, em primeiro lugar, sobre uma base social duradoura. Os dados mostram uma sociedade que permanece majoritariamente conservadora em temas de segurança pública e de costumes, com parcela expressiva ainda aberta a soluções autoritárias e marcada pela desconfiança em relação às instituições democráticas. Essas preferências, estáveis de 2018 a 2026, não constituem por si só um movimento, mas encontram no bolsonarismo o vetor que as articula na medida em que o bolsonarismo foi capaz de unificar demandas antes dispersas em uma agenda coerente, capaz de reunir em um mesmo campo o que estava eminente na sociedade (Rennó, 2026). O bolsonarismo, nesse sentido, deu ao conservadorismo forma política e continuidade eleitoral.

Em segundo lugar, essa base encontra sustentação em um núcleo ideológico estável. Ao longo do período, ser bolsonarista associa-se de forma consistente à defesa de posições de linha dura em segurança pública, à resistência à ampliação de direitos para mulheres e pessoas LGBTQIA+ e, no plano econômico, ao apoio às privatizações e à rejeição ao Bolsa Família. Soma-se a esse conjunto uma marcada face autoritária, presente em todos os anos analisados, que se manifesta na abertura a rupturas institucionais, na insatisfação com a democracia e na desconfiança em relação às instituições do regime, sobretudo aquelas ligadas ao arranjo político e eleitoral, como os partidos, o Congresso Nacional, o STF e o sistema de votação. Chama atenção, contudo, que a insatisfação com a democracia e a desconfiança nas instituições impulsionam o bolsonarismo apenas quando o adversário ocupa o poder. Enquanto Bolsonaro governou, estar insatisfeito com a democracia reduzia as chances de um eleitor pertencer ao movimento; sob o governo Lula, a lógica se inverte, e tanto a insatisfação quanto a desconfiança nas instituições passam a elevá-las.

A esse alinhamento ideológico soma-se uma camada afetiva, que organiza as avaliações dos eleitores em torno de suas identidades políticas. A polarização diferencia as preferências e as avaliações que bolsonaristas e petistas fazem dos acontecimentos, de modo que os dois grupos se posicionam em direções opostas, cada um internamente coeso em torno da própria leitura. Além disso, parece se intensificar essa divergência à medida que a questão se aproxima da figura de Bolsonaro, o que revela que a avaliação afetiva ao líder também opera como uma lente que orienta a interpretação dos fatos políticos. Além de discordar sobre temas isolados, cada campo processa os mesmos acontecimentos a partir de sua relação com as lideranças e com o movimento, o que aprofunda a distância entre eles e reforça a coesão interna de cada um.

A eleição de 2026 é realizada sob forte apoio popular a posições conservadoras e na ausência do próprio Bolsonaro, condenado e sem direitos políticos, a disputa se organizou em torno do espólio bolsonarista. De um lado, um líder impedido de concorrer; de outro, herdeiros ligados sobretudo ao núcleo familiar, que assumiram a mesma agenda e a

projetaram para o eleitorado. Nossos resultados indicam que essa transferência tem sido bem-sucedida, uma vez que o capital eleitoral de Bolsonaro, em vez de evaporar na abstenção ou migrar para outros campos, se redistribui para sucessores diretos do movimento, entre os quais um herdeiro se coloca como candidatura competitiva.

O bolsonarismo está para além de Bolsonaro: uma população conservadora, de direita e com traços autoritários, um núcleo ideológico sólido e estável ancorado em posições sobre um conjunto de programas, uma dinâmica afetiva que funciona como uma lente interpretativa sobre a política e para as preferências e o êxito eleitoral da transferência do legado a um herdeiro competitivo configura um movimento com raízes que não dependem da presença física de seu fundador na disputa. O bolsonarismo se firma, assim, menos como o projeto pessoal de um candidato, mas como um alinhamento duradouro do eleitorado conservador brasileiro, cujo alcance e cuja permanência constituem agenda incontornável para a compreensão da política brasileira nos próximos anos.

Notas

1 Detalhamento dos fatos na íntegra:

<<https://infograficos.oglobo.globo.com/politica/cronologia-golpistas-atacam-congresso-plano-lto-stf-brasilia.html>>

2 Disponível em: <<https://www.institutodademocracia.org/>>. Para dados, questionários, notas técnicas metodológicas, consultar:

<<https://www.institutodademocracia.org/a-cara-da-democracia>>.

3 Disponível em: <quaest.com.br>. Para acesso aos relatórios técnicos de pesquisa: <<https://quaest.com.br/relatorios-quaest/>>

4 Quando adicionamos "bandido bom é bandido morto", perde efeito em alguns anos a variável pena de morte. Os dois indicadores estão mensurando a mesma dimensão do constructo.

5 Experimento registrado em Renno, L. (2025, October 24). The Resilience of the Right: How Populist Radical Right Leaders Survive Political Crises. Retrieved from osf.io/38zfd como OSF-Standard Pre-Data Collection Registration.

6 <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-51447905>

7 <https://www.estadao.com.br/opiniao/flavio-e-um-candidato-sob-suspeita/>

Referências

AVRITZER, L.; RENNÓ, L. R. The Crisis of Democracy in Brazil. *Springer Nature*, 2026.

AVRITZER, L.; RENNÓ, L. The pandemic and the crisis of democracy in Brazil. *Journal of Politics in Latin America*, n. 3, p. 442-457, 2021.

BARTOLO, A. B. Flávio Bolsonaro: relembre o processo da rachadinha. *Valor Econômico*, 2026. Disponível em:

<https://valor.globo.com/politica/eleicoes-2026/noticia/2026/09/01/flavio-bolsonaro-relembre-o-processo-da-rachadinha.ghtml>.

CHAGURI, M.; AMARAL, O. E. The social bases of Bolsonarism: an analysis of authoritarianism as politics. *Latin American Perspectives*, 2021.

FUKS, M.; MARQUES, P. H. Contexto e voto: o impacto da reorganização da direita sobre a consistência ideológica do voto nas eleições de 2018. *Opinião Pública*, v. 26, n. 3, p. 401-430, 2020.

FUKS, M.; MARQUES, P. H. Polarização e contexto: medindo e explicando a polarização política no Brasil. *Opinião Pública*, v. 28, n. 3, p. 560-593, 2022.

IYENGAR, S. et al. The origins and consequences of affective polarization in the United States. *Annual Review of Political Science*, v. 22, n. 1, p. 129-146, 2019.

LINHARES, C.; NOGUEIRA, I. Flávio Bolsonaro mirou segurança, mas não teve projetos próprios transformados em lei. *Folha de S.Paulo*, 2026. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2026/05/flavio-bolsonaro-mirou-seguranca-mas-nao-te-ve-projetos-proprios-transformados-em-lei.shtml>.

MOREIRA, T.; RENNÓ, L. Conservadores convertidos: o “efeito Bolsonaro” em 2018. *Opinião Pública*, v. 30, e30112, 2024.

MOTORYN, P. et al. Vaza Flávio, parte 1. *The Intercept Brasil*, 2026. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2026/05/13/audio-flavio-negociou-vorcaro-milhoes/>.

NICOLAU, J. O Brasil dobrou à direita: uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018. *Editora Schwarcz-Companhia das Letras*, 2020.

PIERUCCI, A. F. As bases da nova direita. *Novos Estudos*, v. 19, p. 26-45, 1987.

RENNÓ, L. The Bolsonaro voter: issue positions and vote choice in the 2018 Brazilian presidential elections. *Latin American Politics and Society*, v. 62, n. 4, p. 1-23, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1017/lap.2020.13>.

RENNÓ, L. Bolsonarismo e as eleições de 2022. *Estudos Avançados*, v. 36, n. 106, p. 147-163, 2022.

RENNÓ, L. Brazil: the far right and Bolsonarismo. In: ROVIRA KALTWASSER, C. et al. (ed.). *The far right in Latin America*. [S. l.]: Cambridge University Press, 2026.

RENNÓ, L.; AVRITZER, L.; CARVALHO, P. D. D. Entrenching right-wing populism under COVID-19: denialism, social mobility, and government evaluation in Brazil. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 36, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-3352.2021.36.247120>.

RENNÓ, L.; MOREIRA, T.; TAMAKI, E. R. Beyond electoral fortunes: the consolidation of a far-right alignment in Brazil. *Journal of Politics in Latin America*, 2026.

SILVA, B. C.; FUKS, M.; TAMAKI, E. So thin it's almost invisible: populist attitudes and voting behavior in Brazil. *Electoral Studies*, v. 75, 2022.

SOARES, G. A. D. As bases ideológicas do lacerdismo. *Revista Civilização Brasileira*, ano 1, n. 4, 1965.

TANSCHKEIT, T.; BARBOSA, P. A battle of two presidents: Lula vs. Bolsonaro in the Brazilian elections of 2022. *Revista de Ciencia Política*, v. 43, n. 2, 2023.

VEIGA, E. “Bandido bom é bandido morto”: a origem da expressão e como ela se popularizou. *BBC News Brasil*, 2025.

Autoria/Authorship

Lucio Rennó (lucio-renno@unb.br) (<https://orcid.org/0000-0002-0750-0943>) é professor titular de Ciência Política do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília.

Larissa Marques (marques.larissa@aluno.unb.br) (<https://orcid.org/0000-0003-1618-1742>) é doutoranda do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília.

Contribuição de Autoria /Author Contributions (CRediT)

Lucio Rennó: Conceptualization, Data curation, Formal analysis, Investigation, Methodology, Validation, Visualization, Writing -original draft, Writing - review & editing.

Larissa Marques: Data curation, Formal analysis, Investigation, Methodology, Visualization, Project administration, Software, Writing -original draft, Writing - review & editing.

Declaração de conflito de interesse/Conflict-of-interest statement

Os autores declaram que não possuem quaisquer conflitos de interesse, financeiros ou pessoais que possam ter influenciado, direta ou indiretamente, a elaboração, análise e publicação deste trabalho.

Declaração de disponibilidade de dados da pesquisa/Data and Replication Materials Availability

Os dados da série *A Cara da Democracia* estão parcialmente disponíveis no repositório do CESOP e podem ser acessados em https://www.cesop.unicamp.br/por/banco_de_dados. Os dados referentes aos anos de 2025 e 2026 serão disponibilizados publicamente em breve, de acordo com a política de publicização da instituição responsável pela coleta. Os dados provenientes da Quaest são integralmente públicos e estão disponíveis no repositório do instituto (<https://quaest.com.br/relatorios-quaest/>).

Declaração de uso de Inteligência Artificial / Generative Artificial Intelligence Use Statement

Os autores declaram ter utilizado o Claude Opus 5.0 (Anthropic, 2026) como apoio à revisão linguística e editorial do manuscrito e à revisão, formatação e padronização das referências bibliográficas. Todas as saídas foram verificadas pelos autores, que assumem responsabilidade integral pela análise, pela interpretação dos resultados e pelo conteúdo final.

Apêndices

Apêndice 1: Número de casos da amostra por onda “A cara da democracia” (2018-2026)

Ano de sondagem	Número de respondentes
2018	2500
2019	2009
2021	2031
2022	2538
2023	2558
2024	2536
2025	2510
2026	2010

Fonte: A cara da democracia, 2018-2026.

Apêndice 2: Operacionalização dos indicadores

Indicador	Pergunta na íntegra	Escala / Categorias de resposta	Operacionalização
Bolsonarismo	Bolsonarismo é operacionalizado a partir da combinação de voto declarado em Jair Bolsonaro e avaliação do governo vigente.	Dummy (0/1)	2018: votou em Bolsonaro = 1, caso contrário = 0. 2019–2022: votou em Bolsonaro E avaliou o governo como ótimo ou bom = 1, caso contrário = 0. 2023–2026: votou em Bolsonaro em 2022 E avaliou o governo Lula como ruim ou péssimo = 1, caso contrário = 0.
Antibolsonarismo	Operacionalizado a partir do voto em Lula/Haddad e avaliação do governo vigente.	Dummy (0/1)	2018–2022: votou em Haddad/Lula E avaliou o governo negativamente = 1, caso contrário = 0. 2023–2026: votou em Lula em 2022 E avaliou o governo Lula positivamente = 1, caso contrário = 0.
Petismo	Atualmente o(a) sr.(a) simpatiza com algum partido político? Qual Partido?	Partisimp: 1 = Sim; 2 = Não; NS; NR Lista de partidos	Simpatiza com algum partido E cita o PT = 1, caso contrário = 0.
Maioridade Penal	Agora vou enumerar uma série de temas debatidos na sociedade brasileira. Gostaria de saber se o(a) Sr.(a) é a favor ou contra:	1 = A favor; 2 = Contra; 3 = Depende; NS;NR	A favor (1) = 1; demais respostas e NS/NR = 0.
Pena de Morte			
Descriminalização Drogas			
Proibição de Armas			

Militarização das Escolas Públicas			
Casamento Mesmo Sexo			
Adoção Casal Mesmo Sexo			
Legalização do Aborto			
Prisão de Mulheres Aborto			
Ensino Religioso nas Escolas			
Banheiro Trans			
Cotas Raciais			
Privatizações			
Bolsa Família			
Bandido bom é bandido morto	Algumas pessoas afirmam que 'bandido bom é bandido morto'. Em que medida o(a) sr(a) concorda com essa afirmação?	1 = Concorda muito; 2 = Concorda mais ou menos; 3 = Concorda pouco; 4 = Discorda; NS; NR	Concorda muito ou concorda mais ou menos (categorias 1 ou 2) = 1; demais respostas e NS/NR = 0.
Insatisfação Democracia	De uma maneira geral, o(a) Sr(a). está muito satisfeito, satisfeito, insatisfeito ou muito insatisfeito com o funcionamento da democracia hoje no Brasil?	1 = Muito satisfeito; 2 = Satisfeito; 3 = Insatisfeito; 4 = Muito insatisfeito; 88 = NS; 99 = NR	Insatisfeito ou muito insatisfeito (categorias 3 ou 4) = 1; demais respostas e NS/NR = 0.
Golpe Militar	Algumas pessoas dizem que em certas circunstâncias se justificaria que os militares tomassem o poder através de um golpe de estado. Na sua opinião, em quais das circunstâncias que eu vou mencionar se justificaria um golpe militar?	1 = Seria justificado; 2 = Não se justificaria; 88 = NS; 99 = NR	Índice aditivo: pelo menos uma das três circunstâncias (desemprego alto; muito crime; muita corrupção) marcada como justificada = 1; caso contrário = 0.

Desconfiança Instituições	Agora vou citar uma série de instituições ou órgãos públicos e particulares e gostaria de saber qual é o grau de confiança que você tem em cada um deles: confia muito, confia mais ou menos, confia pouco ou não confia? O(a) Sr.(a) confia que a contagem de votos nas eleições no Brasil é feita de maneira honesta?	1 = Confia muito; 2 = Confia mais ou menos; 3 = Confia pouco; 4 = Não confia; NS; NR	Índice aditivo (0–4): para cada uma das quatro instituições (partidos políticos; Congresso Nacional; Supremo Tribunal Federal; sistema de votação), confia pouco ou não confia = 1 ponto. NS/NR contam como 0. Resultado: soma dos quatro itens.
Evangélico	Por favor, me indique qual dessas é a sua religião. Caso não encontre nesta lista, você pode me falar diretamente qual religião é a sua.	Lista de religiões (varia por ano)	Declarou religião evangélica = 1; caso contrário = 0.
Frequência à Igreja	Quantas vezes você participa de cultos religiosos ou cerimônias religiosas?	Nunca; Menos de uma vez por ano; Uma ou duas vezes por ano; Várias vezes por ano; Uma vez ao mês; 2-3 vezes por mês; Aproximadamente uma vez por semana; Várias vezes por semana; NS NR.	Dummy: frequenta ao menos semanalmente = 1; demais = 0.
Religião Importa Decisões	Nas decisões que você toma na sua vida, a religião é:	1 = Muito importante; 2 = Importante; 3 = Pouco importante; 4 = Nada importante; NS; NR	Muito importante ou importante = 1; demais respostas e NS/NR = 0.
Mulheres	Sexo	1 = Masculino; 2 = Feminino	Feminino (2) = 1; Masculino (1) = 0.
Pretos e Pardos	O IBGE usa os termos preto, pardo, branco, amarelo e indígena para classificar a cor ou raça das pessoas. Qual desses termos descreve melhor a sua cor ou raça?	1 = Preto; 2 = Pardo; 3 = Branco; 4 = Amarelo; 5 = Indígena	Preto ou pardo = 1; demais = 0.
Renda (Faixas)	Em qual destas faixas está a renda total da sua família no mês passado, somando as rendas de todas as pessoas que moram com você, inclusive a sua?	Faixas de renda familiar (1 a 8)	Variável ordinal de faixas de renda (1-8), utilizada como numérica.
Idade (Faixa)	Quantos anos você tem? Classificada a faixa etária.	1 = 16–17 anos; 2 = 18–24 anos; 3 = 25–34 anos; 4 = 35–44 anos; 5 = 45–54 anos; 6 = 55–64 anos; 7 = 65 anos ou mais.	Variável ordinal de faixas etárias (1–7), utilizada como numérica.

Fonte: A cara da democracia, 2018-2026.

Apêndice 3: Checagem de balanceamento do experimento

Covariável	Amostra A	Amostra B	Diferença	p-valor
Idade (média, anos)	41,6	42,8	-1,2	0,057
Faixa de idade (média)	4,18	4,30	-0,12	0,075
Faixa de renda (média)	3,31	3,28	0,03	0,587
Escolaridade (média)	6,97	6,81	0,15	0,122
Sexo (% feminino)	51,2	53,1	-1,9	0,355
Raça/cor (distribuição)	-	-	-	0,424
Evangélico (%)	10	10,4	-0,4	0,783
Região (distribuição)	-	-	-	0,971
Zona (% urbana)	87,7	87,6	-0,3	0,835

Fonte: A cara da democracia, 2025.

Nota: Amostra A (com Jair Bolsonaro entre as opções, n = 1.305) e Amostra B (sem Jair Bolsonaro, n = 1.205). Diferenças testadas por teste t (variáveis numéricas) e teste qui-quadrado (variáveis categóricas). Todos os p-valores > 0,05 indicam ausência de diferença estatisticamente significativa entre os grupos.

Apêndice 4: Tabela resultados experimento eleitoral

Candidato	% Com Bolsonaro	% Sem Bolsonaro	Diferença (p.p.)	IC 95%	Significância
Eduardo Bolsonaro	1,0	6,5	+5,5	[+4,0; +7,0]	Sim
Michele Bolsonaro	5,3	9,6	+4,3	[+2,3; +6,4]	Sim
Tarcísio de Freitas	4,4	7,7	+3,4	[+1,5; +5,2]	Sim
Ninguém/branco/nulo	12,4	14,1	+1,7	[-1,0; +4,4]	Não
Ratinho Junior	3,1	4,7	+1,6	[+0,1; +3,1]	Sim
Lula	37,2	37,9	+0,7	[-3,1; +4,5]	Não
Ciro Gomes	6,7	7,1	+0,4	[-1,6; +2,4]	Não
Ronaldo Caiado	1,9	2,2	+0,2	[-0,9; +1,3]	Não
Romeu Zema	1,6	1,7	+0,1	[-0,9; +1,1]	Não
Eduardo Leite	1,5	1,4	-0,0	[-1,0; +0,9]	Não

Fonte: A cara da democracia, 2025.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.